



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Ana Clara Pereira Macedo

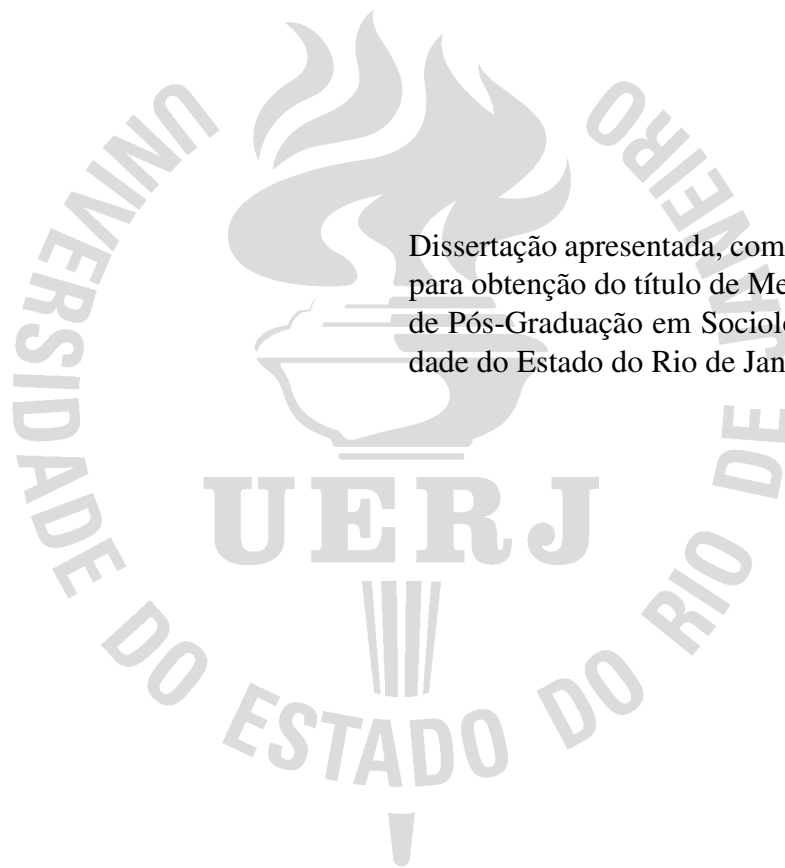
**A reforma Pereira Passos como mito de origem de uma cidade partida**

Rio de Janeiro

2023

Ana Clara Pereira Macedo

**A reforma Pereira Passos como mito de origem de uma cidade partida**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Palloma Valle Menezes

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

M141 Macedo, Ana Clara Pereira.  
A reforma Pereira Passos como mito de origem de uma cidade partida / Ana Clara Pereira Macedo. – 2023.  
68f.: il.

Orientadora: Palloma Valle Menezes.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Passos, Francisco Pereira, 1836-1913 – Teses. 2. Planejamento urbano - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 3. Rio de Janeiro (RJ) – Condições sociais – Teses. I. Menezes, Palloma Valle. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 711.4(815.31)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Ana Clara Pereira Macedo

**A reforma Pereira Passos como mito de origem de uma cidade partida**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Palloma Valle Menezes (Orientadora)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Julia Galli O'Donnell Universidade  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

## DEDICATÓRIA

À todos os vadios, loucos, mendigos, prostitutas, ébrios e capoeiras do passado. Também aos que no presente, sofrem os mesmos danos da tentativa de expulsão. Sobretudo, dedico essa dissertação à todos aqueles que ainda possuem esperança, ao homem de todos os santos.

## AGRADECIMENTOS

Não sei se por estupidez ou uma maneira de verificar o funcionamento da minha memória (que há muito anda precária), deixei para escrever os agradecimentos deste trabalho como tarefa final. Avançando para as burocracias, agradeço a dobradinha entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento concedido à essa pesquisa através do financiamento da bolsa de pesquisa de mestrado, que recebi ao longo de dois anos.

Apesar de ter sido escrita através das minhas mãos, essa pesquisa passou pela cabeça de muita gente. Cada qual à sua maneira, contribuíram de maneira crucial nas reflexões aqui expostas. Agradeço todos os alunos ingressantes na turma de mestrado do ano de 2021, que tornaram a experiência do mestrado muito prazerosa. Aos queridos amigos do Grupo CASA, que puderam ler essa pesquisa em momentos diferentes, interferindo nos vários rumos que ela poderia seguir. Um agradecimento especial ao Gustavo de Queiroz, Marcos Campos, Clara Polycarpo e Mariana Cavalcanti que, ainda não refleti como, me tacaram em um furacão de ideias. Apesar da confusão, acredito que todos os encaixes foram resultado dessa "bagunça". Agradeço também ao Hélio Cannone, por muitas dicas sobre o processo de escrita e reflexão acadêmica e ao Mateus Pestana por toda mão estendida e suporte técnico tanto no R quanto no overleaf, esse cara é um mago dos códigos. Não poderia deixar de mencionar toda a ajuda que recebi da Rosalina Barros. Rosinha, desculpa por ter te enchido tanto a paciência! Mas obrigada pelos cafés e por sempre achar aqueles livros perdidos.

À minha querida orientadora, Palloma Menezes, pelo seu comprometimento e companheirismo. Todas as dicas, puxões de orelhas e cobranças de prazos foram tão importantes quanto às inúmeras leituras de muitas (acreditem) versões deste trabalho. Obrigada por toda paciência e carinho durante esse processo. Aos meus queridos amigos orientandos do *bonde da pallominha*, Giovanna Monteiro, Marcelo Reis, Thaís Cruz, Jéssica Lôro, Kharine Dantas, Gustavo Azevedo e João Mina por todas as reuniões semanais, sessões coletivas de *insights* e a construção de uma coletividade na pesquisa que é gostosa demais fazer parte.

Agradeço também à minha família, sem eles não chegaria até aqui. Principalmente aos meus pais, Robson e Patrícia, pelo apoio incondicional em todos esses anos de estudo. Agradeço à minha mãe, que nunca desistiu de me incentivar à alcançar novos lugares e enxergar um potencial que muitas vezes eu não enxerguei. Ao meu pai, por compartilhar comigo o apreço pelas "coisas antigas" e pela música boa. Aos meus (muitos) irmãos, pois sem eles não existiria eu. Obrigada Laís, pelos diversos momentos de descontração e de sermões "carinhosos", com o seu jeitinho de me apoiar, não importa em quê. Ao Matheus, por todas as conversas, gargalhadas, músicas e cervejinhas que não deixaram eu endoidar nesse processo de escrita. Ao meu irmão Robinho, pela alegria proporcionada em poucos minutos ao seu lado, por ser a pessoa mais engraçada que eu conheço, deixando a vida sempre mais leve. À minha irmã Malu,

por sempre me defender de tudo e de todos (menos dela mesma rs), pelas chamadas de vídeo inesperadas quando a saudade apertava, muitas vezes me pegando de surpresa e melhorando os meus dias. Obrigada aos quatro por sempre emprestarem os ouvidos para as reclamações, descobertas, animações e angústias dessa trajetória.

Agradeço aos meus tios e tias, primos e primas que sempre me apoiaram na trajetória acadêmica. Às minhas tias Zélia, Janete e Hellen e aos meus tios Pedro, Rodrigo e Virgílio. Ao meu primo Matteo, pela leitura da primeira versão dessa dissertação, quando ela ainda era um projeto. Por extensão, agradeço aos amigos que escolhi como família. Aos queridos e queridas Isabelle, Vitor Hugo, Renan, Matheus, Ana Paula, Guilherme Motta, Jéssica, Ícaro e Alike por todo o incentivo, apoio, torcida e compreensão dos "bolos" dados no decorrer do processo desta pesquisa.

Essa pesquisa não seria realizada da forma que foi se não fosse toda a ajuda, intelectual e emocional, da minha companheira. Gio, você mudou tudo depois que você chegou aqui. Obrigada pelas trocas que permitiram essa pesquisa avançar, todas as vezes que você me ajudou a desenhar e redesenhar (e depois desenhar mais uma vez, só pra garantir) essa pesquisa. Obrigada por todas as revisões, dicas, formatações (rsrsrs) e ajustes de rota, sem o seu apoio essa pesquisa seria outra. Eu seria outra. Nesse processo, de casamento (não-casamento-ainda), ganhei uma família incrível emprestada. Obrigada à Morgana, Sophie, Carlos e Suely por abrirem para mim às portas da casa e da vida. Conhecer e conviver com vocês é um presente incrível.

Além da contribuição direta na realização desta pesquisa, a Gio foi uma peça chave para a tranquilidade que eu senti durante todo o processo de escrita. Obrigada por todos os cafés demorados, os bolinhos de chocolate, as conversas de horas e as risadas de todos os dias. Amar e viver com você é bom demais. E ficou melhor ainda depois que a Pagu chegou. Certamente, grande parte desta dissertação foi escrita entre latidos e patadas da cachorra mais carente do mundo. Mesmo não sabendo ler, fica aqui o agradecimento à ela e às suas sete patas que, de incansáveis, me tiraram de casa para os passeios matinais e as lufadas de ar fresco necessárias.

O prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descurou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio (...). Infelizmente, porém, nos preocupamos muito com os aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana econômica, financeira e social.

*Afonso Henriques de Lima Barreto* (Todos os Santos, Rio de Janeiro, 1915).



## RESUMO

MACEDO, Ana Clara Pereira. A reforma Pereira Passos como mito de origem de uma cidade partida. Orientadora: Palloma Valle Menezes. 2023. 68f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Essa dissertação é uma análise da literatura especializada na reforma Pereira Passos a partir da década de 1980 até o ano de 2020. O objetivo deste trabalho é compreender como essa literatura analisou o evento da reforma, seus impactos e modificações no espaço urbano carioca. A partir de reflexões promovidas pela antropologia histórica, tenho como hipótese que esta literatura construiu a reforma Pereira Passos como um evento que configura o mito de origem da repartição da cidade. Com características que transcorrem hegemonicamente cada década analisada, optei pela separação decanal do período para a análise da literatura especializada. Como característica principal da produção durante a década de 1980, essa literatura consagrou a visão na qual enxerga a reforma Pereira Passos como um mito que, através das políticas de remoção, contribuiu para a segregação espacial do Rio de Janeiro, principalmente pelo processo de favelização decorrente da reforma. Durante a década de 1990, o foco das análises sobre a reforma urbana da virada do século XIX para o XX tiveram como carro chefe as reflexões sobre a ideologia higienista, que contribuiu para uma segregação moral do território, baseada nas noções estigmatizantes da contaminação. A partir dos anos 2000, a literatura passou por uma virada racial, sendo as questões raciais envolvidas no processo da reforma discutidas de maneira central. Acredito que todas essas temáticas, recorrentes nas décadas analisadas, tiveram como pano de fundo discussões baseadas em questões do presente. Ao que pude observar ao longo da pesquisa, as ideias apresentadas pelos pesquisadores da reforma Pereira Passos contribuíram na construção narrativa da sociedade carioca através dos mecanismos estabelecidos durante as análises sobre a reforma a partir da construção desse evento enquanto um amalgamador dos processos de segregação impostos à malha urbana. Assim sendo, acredito que essa literatura organizou um mito que se transformou em um modelo analítico estruturante da imagem histórica do Rio de Janeiro enquanto uma cidade partida.

Palavras-chave: Reforma Pereira Passos; cidade partida; Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

MACEDO, Ana Clara Pereira. The Pereira Passos reform as a myth of origin of a broken city. Orientadora: Palloma Valle Menezes. 2023. 68f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This dissertation is an analysis of the specialized literature in the Pereira Passos' reform from the 1980s to 2020. The objective of this work is to understand how this literature analyzed the event of the reform, its impacts and changes in the urban space of Rio. From reflections promoted by historical anthropology, I have as hypothesis that this literature built the Pereira Passos' reform as an event that configures the myth of origin of the broken city. With characteristics that pass hegemonically each decade analyzed, I opted for the decadal separation of the period for the analysis of the specialized literature. As a main feature of production during the 1980s, this literature has established the vision in which sees the reform Pereira Passos as a myth that, through the policies of removal, contributed to the spatial segregation of Rio de Janeiro, mainly by the resulting from the reform. During the 1990s, the focus of the analysis on the urban reform from the turn of the nineteenth century to the twentieth the hygienist ideology, which contributed to a moral segregation of the territory, based on stigmatizing notions of contamination. Since the 2000s, the literature has a racial turn, with racial issues involved in the reform process being discussed central way. All these themes, recurrent in the decades analyzed, were discussions based on the present. However, what I could observe during the research, the ideas presented by the reform researchers Pereira Passos contributed to the narrative construction of the carioca society, through the mechanisms established during the on the reform from the construction of this event as an amalgamator of processes segregation imposed on the urban network. Therefore, I believe that this literature has organized beyond a myth, an analytical model that structured the historical image of Rio de Janeiro as a broken city.

Keywords: Pereira Passos reform; broken city; Rio de Janeiro.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
AGCRJ	ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
UNICAMP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
CHISAM	COORDENAÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DA ÁREA METROPOLITANA
BNH	BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO
MNRU	MOVIMENTO NACIONAL PELA REFORMA URBANA
BID	BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
GPAE	GRUPAMENTO DE POLICIAMENTO EM ÁREAS ESPECIAIS
IPN	INSTITUTO PRETOS NOVOS
IRPH	INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE
PPP	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA
UPP	UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> . . . . .	11
	<b>A reforma Pereira Passos como um paradigma de ordem</b> . . . . .	14
	<b>Estrutura da pesquisa</b> . . . . .	17
1	<b>A FAVELA COMO SÍMBOLO DA DESORDEM: A DÉCADA DE 1980</b> .	19
1.1	<b>Na contramão da ordem: a reforma Pereira Passos e a formação da(s) Favella(s)</b> . . . . .	22
2	<b>A CIÊNCIA, O CAPITAL E A ORDEM: A DÉCADA DE 1990</b> . . . . .	34
2.1	<b>Cidade dos limpos, cidade dos sujos: o sanitarismo como centralidade na década de 1990</b> . . . . .	38
3	<b>DE 2000 PARA CÁ: O LUGAR DO NEGRO NA CIDADE REFORMADA</b>	45
3.1	<b>Entre portos, ossos, museus e mega eventos: desenterrando as memórias subterrâneas da cidade negra</b> . . . . .	46
3.2	<b><i>Apartheid</i> na América do Sul? Raça e cidade na reforma Pereira Passos. . .</b>	55
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> . . . . .	63
	<b>REFERÊNCIAS</b> . . . . .	66

## INTRODUÇÃO

Em julho de 2012 foi inaugurado, no centro do Rio de Janeiro, a primeira etapa das obras do projeto Porto Maravilha. O projeto, que consiste na reformulação do espaço urbano dos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo, região portuária carioca, foi anunciado como o "maior projeto de revitalização urbana do Rio"<sup>1</sup>, contando com a parceria público-privada para a realização das obras. Mas essa dissertação não busca debater os impactos ou objetivos propostos pelo projeto Porto Maravilha. Sobre esse projeto, quero chamar a atenção para um momento específico, que despertou um dos interesses investigativos dessa pesquisa.

Durante a inauguração da primeira fase das obras do projeto Porto Maravilha, que aconteceu na região do Valongo - local onde aportaram no Rio de Janeiro entre os séculos XVI e XIX mais de 500 mil africanos trazidos como escravos -, Eduardo Paes, na época prefeito do Rio, afirmou a sua vontade de ser lembrado como um novo Pereira Passos, engenheiro que esteve na prefeitura do Rio de Janeiro no período de 1902 até 1906. Além da afirmação de Paes, de forma teatral, o prefeito queria participar da inauguração das obras fantasiado de Pereira Passos que, segundo o próprio Eduardo Paes, foi o responsável pela maior reforma urbana já vista no Rio de Janeiro<sup>2</sup>.

Os cento e seis anos que separam os dois eventos, ocorridos na mesma cidade, deram uma coloração enfática para a narrativa utilizada por Eduardo Paes. Ao lembrar as realizações do seu antecessor centenário, Paes é pintado como um grande urbanista que trouxe para o Rio de Janeiro a modernização. O nome Pereira Passos marca, na historiografia carioca, um importante momento de transformação para a cidade, refletindo, por exemplo, o imaginário mobilizado pelo prefeito Eduardo Paes para celebrar a inauguração da primeira etapa das obras do Porto Maravilha. Ali ele relaciona a reforma recente àquela ocorrida na transição do século XIX para o século XX, onde a zona portuária do Rio de Janeiro também foi o palco principal das intervenções urbanísticas. Em um movimento quase antropofágico, em uma trama onde se mistura passado e presente, Eduardo Paes ao se intitular o "novo Pereira Passos", mesmo sem querer, nos mostrou a ponta do *iceberg* que envolve o enredo das urbanizações cariocas. Marcado por idas e vindas, personagens contraditórios em suas realizações, eventos faraônicos da dominação humana sob a natureza, realizados para demonstrar o suposto progresso existente na técnica, que o Rio de Janeiro se realiza e se idealiza.

---

<sup>1</sup> A revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro foi motivada pelos grandes eventos que o Rio de Janeiro sediou na década de 2010, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Para saber mais do projeto, sugiro a matéria disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=44800> acessada no dia 03 de outubro de 2022.

<sup>2</sup> Para saber mais: <https://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tenta-vincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676> acessado no dia 03 de outubro de 2022.

Essa dissertação será realizada na tentativa de resgatar a mitologia utilizada para narrar a história urbana do Rio de Janeiro, entendendo a reforma Pereira Passos como um marco central, como foi utilizado por Eduardo Paes para demonstrar uma glória relacionada ao evento passado. Para isto, irei investigar como, no decorrer dos anos, a reforma Pereira Passos foi construída enquanto objeto na agenda de pesquisa, consolidando uma visão histórica sobre a reforma ocorrida na transição do século XIX para o XX. Tenho como hipótese a construção de um imaginário coletivo sobre a reforma Pereira Passos a partir da literatura científica especializada na reforma, moldando-a como um marco inflexor da chegada da modernidade ao Rio de Janeiro, como também da segregação sócio-espacial vivenciada na cidade, uma espécie do que chamo de "mito de origem da cidade partida". A reforma Pereira Passos vem sendo trabalhada cientificamente sob o signo da construção da cidade moderna que, na cerne da sua elaboração, configurou uma segregação urbana notória, tendo como exemplo mor da segregação do espaço urbano as favelas (VALLADARES, 2000, p.13).

Cada autor que trabalha o período traz em sua argumentação eixos analíticos que contribuíram para olharmos a cidade sob lentes duais e conflitivas, como a narrativa da exclusão *versus* integração ou da ordem *versus* a desordem, principalmente através da abordagem sobre os atores envolvidos na trama de reformulação da capital.

Ao longo da dissertação buscarei mostrar como a literatura produzida até aqui colaborou na construção da reforma Pereira Passos enquanto um evento (SAHLINS, 2008, p.65) que amalgamou durante a sua realização o mito fundacional da segregação socio-territorial da cidade do Rio de Janeiro, principalmente por ser entendida enquanto aceleradora do processo de favelização da cidade. Os sentidos atribuídos pela literatura especializada na reforma iniciada em 1902 consolidaram uma estrutura de significação de longa duração, que permitem, por exemplo, a associação realizada por Eduardo Paes ao prefeito Pereira Passos, invocando os aspectos consagrados positivos da reforma.

Segundo Sahlins (2008), a história de um mito pode gerar modificações na forma de se pensar um evento, possibilitando uma trama de significados que modificam a forma de pensar relações sociais e políticas envolvidas no processo, assim como promover novas ações para os atores envolvidos na trama. Nos termos de Sahlins (2008), possíveis conceitos e sentidos atribuídos a um evento lançam padrões históricos que se tornam pragmáticos, condicionando a ação humana e estabelecendo novas estruturas culturais que se reproduzem como história. Assim, busquei analisar como a produção científica especializada na reforma construiu uma interpretação do evento ocorrido na transição do século XIX para o XX, consolidando um mito fundador da cidade partida que é utilizado até o presente, seja nas análises históricas científicas do processo urbano carioca, seja na formulação de políticas públicas voltadas para uma ideia de integração da cidade.

Para isso, recorro a uma revisão sistemática da literatura especializada na reforma, separando-a em três periodizações que aglutinam momentos interpretativos: década de 1980, 1990 e 2000. Início a análise a partir da década de 1980, por considerá-la um importante período para a cons-

trução analítica crítica referente à reforma urbana de Pereira Passos e a década que consolidou os títulos tidos como clássicos no estudo da reforma e da produção do espaço no Rio de Janeiro. A década de 1980 marca, segundo Paoli (2013, p.1), uma consolidação da visão que temos hoje sobre a reforma Pereira Passos, sendo a década incipiente na produção crítica e interpretativa das fontes sobre o evento da reforma, sendo responsável, em grande medida, pela consolidação histórica da reforma Pereira Passos como construtora do Rio de Janeiro. Antes de 1980, as obras sobre a reforma Pereira Passos possuíam um caráter mais expositivo ou biográfico sobre o prefeito Passos (FILHO, 1951); (ATHAYDE, 1944); (COSTA, 1965); (COSTA, 1938), sendo o ponto de virada de uma produção mais crítica e de partida desta dissertação, a década de 1980.

Em minha hipótese, a literatura científica que tem como tema central a reforma urbanística realizada por Pereira Passos, construiu a mitologia da cidade partida, onde os diferentes intérpretes da reforma contribuíram analiticamente para a interpretação desse evento enquanto um marco fundacional de uma cidade segregada, marcada pelo passo e descompasso de uma tentativa de (des)ordenamento da vida cidadina.

Durante os quarenta anos de produção científica sobre a reforma Pereira Passos que foram analisados, os intérpretes da reforma buscaram entender esse evento, mesmo que não de maneira central, a partir de categorias conflitivas, como as discussões entre modernidade e atraso, por exemplo. Os autores, tentando captar a essência do evento, seja através da análise do programa remocionista da reforma, do programa sanitarista ou das relações raciais em voga, a reforma Pereira Passos ganhou a vultosidade de um marco fundacional do urbanismo moderno, que dividiu o Rio de Janeiro entre ricos e pobres, pretos e brancos, "limpos" e "sujos". Há, no fundo das análises produzidas da reforma, a tentativa de captar a ordem instituída por esse evento, ou a desordem proporcionada pelo mesmo.

A figura de Francisco Pereira Passos enquanto interventor urbano do Rio de Janeiro foi, ao longo dos mais de cem anos que passaram desde sua ação, sendo construída por diferentes setores da sociedade e da produção científica. Seus contemporâneos utilizavam os espaços dos jornais para elogiar ou condenar as ações do prefeito. Outros, também literários contemporâneos ao Engenheiro, imortalizaram a figura do prefeito através de crônicas que narraram o cotidiano carioca, certamente impactado pelas reformas urbanas. No presente, algumas figuras utilizam-se da imagem póstuma de Pereira Passos como um selo de qualidade, enquanto outros condenam-o como símbolo da desigualdade urbana. Porém, fugiria ao escopo desta pesquisa a tentativa de analisar se a reforma urbana de Pereira Passos é *de facto* um divisor de águas na história urbana do Rio de Janeiro, ou se existe ou não existe uma segregação urbana iniciada por este evento. Uma literatura densa e consolidada já analisou a reforma sob esses aspectos<sup>3</sup>. Minha contribuição, no entanto, se realiza na tentativa de resgatar ao longo dos quarenta anos

---

<sup>3</sup> A bibliografia analisada sistematicamente durante a produção dessa dissertação analisou a reforma Pereira Passos a partir desta ótica

de agenda científica analisada, como a reforma foi trabalhada pela academia e como essa produção científica contribuiu para a consolidação interpretativa da reforma enquanto um marco fundacional, um mito de origem da cidade partida.

A escolha metodológica utilizada para iniciar a revisão a partir da década de 1980 relaciona-se ao volume de obras produzidas nesta década sobre a reforma Pereira Passos. A década de 1980 consagrou títulos clássicos sobre a reforma Pereira Passos, ao exemplo dos títulos Chalhoub (1985), Benchimol (1992) e Rocha e Carvalho (1995). A escolha dos textos que foram analisados foi realizada a partir de dois pontos, sendo eles: 1) a relevância do texto para o recorte de análise; e 2) quando não relacionado diretamente à temática aqui debatida, a sua proximidade com obras centrais.

Após o levantamento e análise das características centrais das obras, pude compreender e traçar padrões correspondentes à cada década de produção científica a respeito da reforma urbana de Pereira Passos. Os padrões observados em cada uma das décadas colaboram para a construção do evento da reforma Pereira Passos como um mito de origem da cidade partida. As questões trabalhadas em cada uma das décadas, apresentam uma heterogeneidade observada e se relacionam às questões sociais que estavam em voga em cada momento da produção científica, se retroalimentando na tentativa de compreender as desigualdades relacionadas ao urbano a partir de uma tentativa de captura do processo histórico.

Defendo que a reforma Pereira Passos foi consolidada pela literatura como um evento que, ao interferir sobre o urbano, desenvolveu uma ordem inexequível para a realidade da cidade, sendo o resultado deste processo a repartição da cidade em duas. A partir da consolidação desta visão histórica do evento (SAHLINS, 2008, p.65), as estruturas interpretativas formadas por esta narrativa estabeleceram um padrão de ação da sociedade civil e governamental a partir deste mito associado à reforma Pereira Passos: o mito de que o Rio de Janeiro é partido.

### **A reforma Pereira Passos como um paradigma de ordem**

Se bem que não haja famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás.

Jornal do Brasil, 1900, p.5

O episódio acima é fragmento de uma carta enviada como resposta ao Jornal do Brasil pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro, respondendo à uma reportagem que o tinha como destinatário no dia 4 de novembro de 1900. A reportagem do jornal trazia uma denúncia sobre a situação do morro da Providência, descrito como um lugar onde "criminosos" e "vagabundos" estavam em maior número ali presentes. A solução proposta pelo delegado para dar fim a essa situação era a realização de um cerco ao morro, com a presença de oitenta praças. O número escolhido o é pois, como ainda relata na carta mencionada, seu antecessor realizara



um cerco ao mesmo local, com apenas cinquenta praças que não conseguiram solucionar o problema, prendendo apenas noventa e dois "indivíduos perigosos". Esse tipo de referência carregada de preconceitos é característico de diversas fontes ao longo da virada do século XIX para o XX, em um Rio de Janeiro que tentava se reinventar. A presença constante de relatos que reivindicavam um maior policiamento sobre os "vagabundos, ébrios, gatunos e malfeitores" que eram vistos como elementos que traziam a desordem para a cidade, podem ser encontrados em jornais, cartas anônimas ou boletins de ocorrência. O mesmo episódio que abre esta seção foi narrado por intelectuais de diferentes áreas (BRETAS, 2018; ALVITO; ZALUAR, 2003; VALLADARES, 2000) utilizando essa fonte para pensar problemas diferentes mas fortemente relacionados. É a partir dessa relação - aparentemente direta - entre território e a necessidade de policiamento sobre alguns para a proteção de outros que essa pesquisa será realizada. Essa relação território-perigo ganhou uma significativa inflexão a partir de 1902, onde houve, na cidade do Rio de Janeiro, uma reforma urbana que visava, além de remodelar o espaço físico, refazer seu traçado social.

Durante os anos de 1902 a 1906 o Rio de Janeiro passou por uma grande reforma de caráter físico, social e moral. A necessidade de reformulação era a receita social e política das ações que foram vigentes durante os anos que corresponderam a transição do século XIX para o século XX. Em um Brasil que não era mais imperial e que a atividade econômica deixara de ser baseada na mão de obra escrava. Burocraticamente, era anunciado o fim de uma era de longa duração na história política, econômica e social do país. E, como todo fim se apresenta como o prelúdio de um recomeço, as ações buscadas para jogar a última pá de cal no arcaísmo findado foram ações inspiradas pelo desejo de progresso e modernidade. Essas duas palavras, junto com o entendimento que o Brasil vivia em um atraso, mobilizaram uma conjuntura de mudanças profundas, onde o espaço-laboratório privilegiado foi a cidade do Rio de Janeiro, que no período ainda era a capital do país. Sua região portuária foi reformada, suas ruas aterradas e alargadas, casas, morros e cortiços derrubados, teatros e coretos construídos e, em tudo que pudesse fazer do Rio de Janeiro uma "Paris dos trópicos" (BENCHIMOL, 1992, p.37), foi-se investido.

É a partir dessas mudanças localizadas no Rio de Janeiro capital que tentarei, ao longo dessa dissertação, analisar como os instrumentos operacionalizados pelos intérpretes da reforma urbana do prefeito Pereira Passos podem nos auxiliar a identificar como padrões históricos são estabelecidos em um determinado contexto, persuadindo sobre nossa sociabilidade urbana, especialmente àqueles voltados ao controle do espaço físico e da população residente deste espaço.

Como parte do programa de reformulação nacional, em 1902 ao ser eleito presidente da república, Rodrigues Alves escolheu como prefeito do distrito federal o engenheiro Pereira Passos, que governou a cidade até o ano de 1906. Juntos, formularam um plano de remodelação da capital que, durante quatro anos de execução, modificou significativamente a estrutura urbana e social do Rio de Janeiro. A chamada reforma Pereira Passos vem sendo pesquisada por

diferentes áreas ao longo das décadas, sendo uma referência importante no pensamento sobre a construção da cidade, da urbanização e da organização do espaço. Analisada a partir de diferentes perspectivas, a reforma se tornou um marco referencial dos estudos urbanos, trazendo reflexões sobre os aspectos de viver e fazer a cidade, e do contexto social no qual essa reforma foi colocada em prática.

A ampla produção sobre a reforma Pereira Passos ao longo das décadas tentou, de diferentes maneiras, estabelecer as relações entre os diversos atores incorporados na trama da urbanização. De certa forma, há um consenso entre os autores sobre os aspectos ideológicos excludentes da reforma que restringiram a participação das camadas pobres urbanas da possibilidade de acessar totalmente a cidade reformada, a partir da construção de uma noção de ordem almejada. Pesquisas realizadas a partir de objetos como as habitações (ABREU, 2003; ABREU; VAZ, 1991; VAZ, 1985; ROCHA; CARVALHO, 1995) e os novos espaços de moradia (VAZ, 1994; ABREU, 1987), o código de conduta da reforma urbana (BENCHIMOL, 1992), o cotidiano dos trabalhadores (CHALHOUB, 2001), a ideologia higienista (CHALHOUB, 2018; VAZ, 1994) e o papel da herança da escravidão agindo nesse contexto (SILVA, 2019; CAMPOS, 2005; KOEHLER, 2018), nos ajudam a entender os contornos desses aspectos. A especulação sobre a ordem e sobre quem deve ser ordenado é sempre uma linha que corta as diferentes temporalidades da vivência na cidade. Para que a remodelação do espaço fosse considerada alcançada, houve a tentativa de reformar e controlar as pessoas que estavam presentes ou, havendo falha, promover a sua expulsão física ou simbólica.

Pensar a reformulação do espaço urbano é uma tarefa importante para a memória da cidade e dos seus habitantes. Todos os jogos políticos e questões que envolveram a reforma urbana realizada na virada do século XIX para o século XX demonstram uma trajetória de luta entre os diversos atores sociais que estiveram envolvidos nesse processo, arrastados em uma transformação operada sob o signo do progresso e modernidade em um Rio de Janeiro que buscava enterrar sobre os escombros dos morros derrubados, os seus mortos que ainda respiravam.

A literatura existente até o momento no qual essa dissertação está sendo escrita nos mostra que, independente do foco da pesquisa sobre o período da reforma urbana de Pereira Passos, há uma tentativa de identificação dos atores sociais envolvidos no processo e a sua atuação em um contexto de mudanças profundas. Essa pesquisa tem como objetivo abordar um aspecto que me parece caro aos intérpretes da reforma: A relação que se estabelece a partir deste evento como um mito fundador da cidade partida. O contexto no qual a reforma Pereira Passos foi produzida reforçou uma dinâmica de controle, vigilância e espaço, lançando um padrão próprio de ordenamento e possibilitando uma ação específica com base nesse padrão. Trataremos-na como um evento(SAHLINS, 2008, p.65) que condiciona mudanças permanentes na forma de viver e habitar a cidade do Rio de Janeiro.

Nas próximas linhas desta pesquisa, analisarei a produção sobre a reforma Pereira Passos e discutirei como os autores interpretaram os diversos sentidos atribuídos à ação reformista.

A proposta de contribuição para o debate é entender como, através de seus diferentes aspectos proibitivos, a produção sobre a reforma Pereira Passos consolidou este evento enquanto um mito de repartição da cidade. Entendo como necessária a revisita ao tema pois estes aspectos ainda permanecem presentes e reforçados na vida cidadina do Rio de Janeiro, apesar das diferentes mudanças político sociais presenciadas ao longo das décadas. Ao pensarmos a reforma enquanto um evento que amalgamou um conceito específico de ordem social, podemos a partir dessa observação entender como os sentidos atribuídos ao conceito de ordem promoveram transformações, pensando o controle e a fragmentação como conceitos que vão sendo construídos e transformados ao longo da reforma, mas também transformadores do viver na cidade.

### **Estrutura da pesquisa**

No segundo capítulo busquei demonstrar como a produção científica da década de 1980 esteve vinculada às discussões sobre o contexto urbano brasileiro, fortemente fomentadas pela efervescência da redemocratização do Brasil pós ditadura militar. Ao resgatar as discussões travadas a nível político e nacional, conseguimos captar algumas características das ferramentas utilizadas pelos autores para analisar o contexto de formação urbana do Rio de Janeiro, o foco analítico período, a metodologia aplicada nas pesquisas e as teorias mobilizadas para a interpretação do evento. Acredito que as discussões da década de 1980 podem ter sido motivadas pelas políticas urbanas direcionadas às favelas, que eram encaradas como um problema urbano para a administração ditatorial-militar, e pela assinatura da Lei de número 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que buscava regulamentar a repartição urbana do solo. A década de 1980 teve como característica mais notável a sua visão crítica relacionada às desigualdades realizadas pelas políticas de controle das habitações populares durante o processo de construção da cidade do Rio de Janeiro, tendo como objeto central o modelo adotado por Pereira Passos como um inflexor do modo de gestão das questões sociais na produção da cidade.

O terceiro capítulo desta dissertação se encarregou de analisar a contribuição analítica produzida durante a década de 1990 sobre o papel da reforma urbana de Pereira Passos na construção social e urbana do Rio de Janeiro. Defendi ao longo do capítulo que a década de 1990 foi essencial para a consolidação da reforma enquanto um mito fundacional da cidade partida, narrativa amplamente utilizada, inclusive, nas formulações das políticas públicas de segurança e urbanas que começavam a entender a favela enquanto um "problema"(SILVA, 2010a). Ao se apoiarem nas discussões promovidas na década de 1980, que consideravam as favelas como a negação direta da política urbana de Pereira Passos, os autores avançaram a partir desse ponto, trazendo novos atores e uma virada metodológica que corroboraram enfaticamente na consolidação de uma narrativa do Rio de Janeiro desigual e repartido. A crítica consolidada durante a década de 1990 mostrou a tentativa desses intérpretes, principalmente de Chalhoub (CHALHOUB, 2018), de resgatar um modelo de gestão dos pobres na cidade, onde o autor verificou

o auge desse modelo nos anos de Pereira Passos.

No quarto e último capítulo, busquei demonstrar como houve uma virada na interpretação da reforma urbana de Pereira Passos, principalmente metodológica e teórica. As décadas de 2000 e 2010 recapitularam a temática e introduziram a crítica racial à reforma. Defendo que essa virada epistemológica esteve associada à uma gama de fatores, principalmente das políticas de cotas raciais nas universidades, que promoveram a inserção de corpos negros e periféricos enquanto produtores ativos de uma crítica ao modelo de cidade, o aumento de políticas públicas de segurança pautadas pela teoria de controle das favelas como *modus operandis* da gestão dos territórios negros e favelados, as reformas do porto maravilha e a descoberta do cemitério dos pretos novos. Interligados, esses fatores somaram para a construção crítica racializada para pensar, historicamente, as origens da segregação urbana no rio de janeiro, partindo do pressuposto consolidado pela década de 1980, no qual as favelas foram a antítese da tentativa de formulação do Rio de Janeiro mas avançando a agenda e trazendo pro centro das discussões as questões raciais que mediavam o evento.

## 1 A FAVELA COMO SÍMBOLO DA DESORDEM: A DÉCADA DE 1980

Na década de 1980, a história do Rio de Janeiro foi foco de interesse de pesquisas que tiveram suas análises voltadas para a produção do espaço urbano carioca, com enfoque temático na reforma urbana de Pereira Passos<sup>4</sup>. Tendo como espaços privilegiados os Programas de Pós Graduação em História da UFF, o Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Geografia da UFRJ e o centro de pesquisas da Casa Rui Barbosa, a troca da produção intelectual sobre esse objeto teve uma efervescência notável, fazendo os seus produtos repercutirem por várias gerações de pesquisadores. Marcada pela perspectiva de redemocratização do Brasil, após uma ditadura militar iniciada em 1964, as discussões sobre a cidade, especialmente sobre o Rio de Janeiro, foram fomentadas pelas discussões políticas e planejamentos urbanos em curso durante o período ditatorial (1964-1985).

Durante a ditadura militar o Rio de Janeiro vivenciou a escalada da narrativa na qual enxergava as favelas enquanto um problema econômico, urbano e social. Encarada como um entrave às tentativas de embelezamento da cidade, as favelas haviam apresentado um acréscimo de mais de 100% em números de habitantes, chegando a representar na década de 1960 10% da população total do Rio de Janeiro, abrigando 335 mil pessoas (BRUM, 2012, p.358). Além do acréscimo populacional, os deslizamentos provocados por fortes chuvas resultou em algumas mortes em diferentes favelas do Estado da Guanabara, em 1966. Essa sequência de acontecimentos enfatizou a narrativa da favela enquanto problema e impulsionou os contornos das políticas direcionadas à esses territórios durante o período ditatorial. Como exemplo, a defesa de um projeto remocionista cada vez mais presente em alguns veículos de mídia:

No ponto em que chegamos, não há no Rio qualquer outro problema que apresente tanta urgência em ser resolvido quanto as favelas (...). A extinção das favelas justifica a paralisação de todos os programas de embelezamento urbano da cidade, pois não há melhor forma de ressaltar o esforço de melhoria da Guanabara do que a eliminação do contraste brutal e injusto das favelas com o perfil dos edifícios e a linha da paisagem favorecida. (Jornal do Brasil, 1966)

O resultado dessa narrativa foi a implementação de uma política sistemática de remoção das favelas, coordenada pela Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM)<sup>5</sup>, órgão criado em 1968 para este fim (BRUM, 2010). Como mostra Brum (2010), essa política de remoções fez parte da consolidação do estigma negativo da favela e seus

---

<sup>4</sup> Adotarei, como referencial à reforma Pereira Passos, a utilização da palavra Reforma, grafada em R maiúsculo, como forma de tornar o texto mais fluído

<sup>5</sup> A Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana, conhecida pela sigla CHISAM, foi um órgão criado em através do Decreto Federal n.º 62. 654, em 03/05/1968, durante a ditadura militar brasileira. A CHISAM foi uma autarquia ligada ao Ministério do interior, responsável, junto ao Banco Nacional de Habitação, pelo planejamento das remoções de favelas ocorridos durante a década de 1960

**Figura 1 - Conjunto Habitacional Cidade de Deus em 1966**



Fonte: O Globo, 12 maio 1966.

moradores, mobilizados pela CHISAM como ponte para a consolidação das remoções.

Os estigmas relacionados às aspirações sociais dos favelados, seus modos de vida supostamente carregados de vícios, a noção de precariedade que envolvia o ambiente da favela foram ferramentas utilizadas pelo órgão como justificativa para o programa de remoção. A remoção seguia com a transferência dos "favelados" para conjuntos habitacionais, construídos por uma iniciativa que unia o capital público-privado através da autarquia chamada de Banco Nacional da Habitação. Como exemplo dessa investida, em 1966 foi criado um dos primeiros conjuntos habitacionais da cidade, a Cidade De Deus. Fruto das políticas remocionistas do então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda<sup>6</sup>, o bairro recebeu pessoas removidas de diferentes favelas do Rio de Janeiro, realocadas no bairro para habitarem os conjuntos habitacionais. A imagem 2 foi tirada na década de 1966, e mostra um pouco das características dos conjuntos habitacionais realizados no período pelo Banco Nacional de Habitação, onde todas as casas construídas eram semelhantes umas às outras.

Durante a década de 1970 e 1980, muitas pesquisas foram realizadas através de um

---

<sup>6</sup> Carlos Frederico Werneck de Lacerda foi um jornalista e político brasileiro. Esteve como governador do Estado da Guanabara de 1960 a 1965, sendo um intenso defensor das políticas urbanas voltadas para a remoção de favelas.

posicionamento crítico ao discurso adotado pelos órgãos públicos e defendido pelos veículos de mídia em momentos de intensa perseguição e impossibilidade de liberdade de expressão. Pesquisas como as de Perlman (1977), Leeds e Leeds (1978), Valladares (1978), Zaluar (1985), entre outras, se encaixavam em um circuito que buscava compreender a cidade do Rio de Janeiro e suas tramas além das narrativas utilizadas pelo governo ditatorial. Também refletindo esse movimento crítico, pesquisas realizadas principalmente nos departamentos de História Social da UFF e no departamento de Planejamento Urbano da UFRJ, buscaram durante a década de 1980 contribuir na apresentação de uma outra narrativa do processo de construção da cidade e de gestão da pobreza urbana.

Essas pesquisas foram amplamente realizadas a partir da análise de documentos disponibilizados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em uma espécie de resgate histórico do processo que possibilitou a narrativa estigmatizante mobilizada pelos órgãos públicos da ditadura. Em comum, possuem uma perspectiva baseada na análise de Engels (2008) para pensar a produção do espaço e a relação entre as classes nesse meio. Enquadrando o momento econômico histórico no qual o Rio de Janeiro passava, podemos observar a tentativa dos autores em resgatar o panorama histórico geral que possibilitou a campanha ultrajante das remoções das favelas, iniciadas na década de 1960.

Através da teoria engelianiana (2008), os autores da década de 1980 buscaram refazer a dramaturgia da pobreza urbana carioca durante a passagem da economia escravagista e agrária para a economia capitalista e industrial. Os autores desse período buscaram as relações que explicitavam os interesses do capital estrangeiro e imobiliário na especulação e intervenção na cidade e no modo de vida da população pobre. A década de 1980 inaugurou, também, a perspectiva histórico-social sobre a história da transformação do espaço urbano carioca, lançando luz sobre os trabalhos realizados nas áreas da Geografia e Arquitetura do período, que frisavam em suas pesquisas a constituição do espaço físico em si. Através da utilização de fontes que possibilitaram a reconstrução das tramas sociais e dos agentes envolvidos na transformação do espaço urbano, é que os autores dessa década deixaram sua marca na historiografia sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Inaugurando uma nova fase e um novo modelo interpretativo, os pesquisadores, através da utilização da pesquisa documental, puderam construir uma ligação entre o projeto remocionista da ditadura militar (1964-1985) com as alterações urbanas ocorridas na cidade durante o quadriênio da administração do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos (1902-1906), mesmo não fazendo isso de maneira mais direta. Como resultado dessa investitura histórica, a produção científica de 1980 identificou na reforma Pereira Passos a consolidação de um modelo que "dividia a cidade" (ROCHA; CARVALHO, 1995), realizado através de um processo sistemático de expulsão dos pobres de áreas estratégicas para a burguesia capitalista, semelhante às interpretações críticas identificadas na literatura que trabalhava as remoções de 1960. Deixando como maior legado analítico para a situação do Rio de Janeiro, a literatura de 1980 retomou como central uma análise mais densa sobre a reforma Pereira Passos, identificando-a

enquanto um símbolo histórico da desigualdade urbana, especialmente por considerá-la inflexora do processo de favelização do Rio de Janeiro. Na seção seguinte, analisarei como a bibliografia produzida em 1980 foi responsável pela interpretação do Rio de Janeiro enquanto uma cidade partida, especialmente por buscar em um evento as condições históricas de formação dessa narrativa, entendendo-as enquanto um processo de longa duração (SAHLINS, 2008) que tem como produto a favelização.

### 1.1 Na contramão da ordem: a reforma Pereira Passos e a formação da(s) Favela(s)

Em uma pesquisa iniciada em 1978, em conjunto com Olga Bronstein (1978), Maurício Abreu iniciou seus estudos sobre a expansão urbana na cidade do Rio de Janeiro. Abrindo o caminho para uma nova tônica das questões discutidas no período sobre o fazer a cidade, os autores centralizaram o papel do Estado na organização deste objeto. Dando continuidade à gama de questões analisadas por Abreu e Bronstein (1978), em 1980 em sua dissertação defendida pelo Programa de Pós Graduação do departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Lia de Aquino Carvalho escreve "Habitações Populares". Um estudo dedicado à entender o problema habitacional do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX, principalmente pensando as camadas menos favorecidas da população (ROCHA; CARVALHO, 1995, p.113). Na sua dissertação, que posteriormente foi publicada em 1986 e relançada em 1995 em conjunto com a obra de Oswaldo Porto Rocha pela Biblioteca Carioca, iniciativa do Departamento Geral de Documentação da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Carvalho (1980) indagou de que maneira as mudanças econômicas e políticas ocorridas no Rio de Janeiro afetaram os modos de viver e habitar das camadas mais pobres da cidade, usando como espaço de análise privilegiada o campo da habitação popular<sup>7</sup>.

A autora apontou que os fatores principais que determinaram a mudança na forma da cidade do Rio de Janeiro e a vida dos seus habitantes foram, concomitantemente, a decadência da produção cafeeira no Vale do Paraíba, a abolição da escravatura e a industrialização proporcionada por essas mudanças no setor econômico. A partir desse processo, a cidade do Rio de Janeiro passa, de forma expressiva, a se industrializar, impulsionando mudanças físicas na infraestrutura da cidade. Com a expansão industrial para áreas mais diversas da cidade, ocorreu também a expansão urbana e expansão dos meios de transporte. Esse processo de expansão industrial e urbana possibilitou, na análise da autora, a estratificação social da ocupação da cidade, criando áreas mais favorecidas e abastadas e áreas pobres e marginais, de um tipo

---

<sup>7</sup> A autora adotou os critérios utilizados pelo poder governamental durante a confecção de relatórios oficiais na denominação das habitações consideradas como Habitações Populares, durante os anos de 1900-1905. Em sua maioria, eram consideradas habitações populares os cortiços, casas de cômodo ou estalagens.



núcleo-periferia como apresentado por (ABREU; BRONSTEIN, 1978).

Todo esse processo, iniciado ainda no século XIX, tinha como pano de fundo uma problemática difícil de solucionar, que atormentava a administração imperial com soluções falhas e escassas e, já na República, suscitou um programa específico realizado na administração de Pereira Passos: o problema das habitações. As habitações de baixo custo no Rio de Janeiro, que já eram escassas antes da ampliação das relações assalariadas de trabalho, tornaram-se um problema grave com o volume populacional acrescido no estado a partir da expansão industrial, decadência da cultura do café no Vale do Paraíba e abolição da escravatura. A autora detalhou em censos e mapas essa expansão incongruente de pessoas na cidade. Outra questão abordada pela autora que tangenciava as habitações populares, eram a sua má fama para os administradores da cidade, sendo consideradas, desde o império, um mal a ser abolido. Através de relatórios produzidos por diferentes esferas do poder político, juntamente com a análise de licitações concedidas pelo governo à iniciativa privada, é que a autora constrói a sua tese na qual ela analisou o Estado e o capital industrial unidos no processo de ordenamento urbano, visando o contentamento das suas demandas específicas de classe envoltas em um discurso higienista, que arguia sobre a necessidade de saneamento da capital. Nessa empreitada, as habitações populares representavam de forma física os males que impediam o Rio de Janeiro de se modernizar.<sup>8</sup> Apesar do argumento ser construído para expor as relações de poder na construção da cidade a partir da ideologia higienista, a autora acabou adotando o discurso em alguns trechos nos quais ela descreve o seu objeto (ROCHA; CARVALHO, 1995, p.145) de maneira pejorativa.

De maneira inovadora, a pesquisa realizada por Carvalho (1980) através da documentação Municipal disponibilizada pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro possibilitou a descoberta de um jogo interno de disputa de poder entre os diferentes setores da construção civil e da especulação imobiliária, que foram resolvidos pelo Estado em favor do primeiro grupo. Como legado dos discursos sanitários e da política de erradicação dos cortiços, sendo esses ao mesmo tempo causa e efeito, é que Carvalho (1995) analisa o processo de reorganização do espaço urbano. Entre o controle total do Estado sobre a construção civil, da ocupação do espaço urbano e a impossibilidade das classes que recebiam os menores salários de morarem em outras regiões distantes, é que a autora, de forma tímida, apresenta as favelas como solução dessa dinâmica, uma solução para a questão habitacional naquela considerada pela autora sua fase mais crítica: a reforma urbana de Pereira Passos.

Toda a construção argumentativa utilizada por Carvalho (1980) relaciona-se, de forma

---

<sup>8</sup> A autora faz uma ampla discussão sobre as negociações tecidas desde o Império até a Reforma Pereira Passos (1886-1906) sobre os processos de licitação concedidos à empresas privadas na construção de Habitações Higiênicas para a população pobre, principalmente para o operariado fabril. Ela analisa esse processo como uma vitória do Estado e do Capital Industrial sobre os especuladores imobiliários, dono dos cortiços e casas de cômodos. Toda essa disputa inaugura uma nova forma de ocupar o espaço urbano, definido pela classe dirigente que organizou os novos espaços remodelados.

direta ou indireta, às discussões e narrativas postas em um jogo de disputa a respeito do projeto urbano da década de 1960, onde a questão habitacional estava sendo discutida concomitantemente ao condenamento dos pobres favelados, mediado pela estigmatização dirigida a estes (BRUM, 2010). A tentativa da autora de resgatar o processo histórico da questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro, possibilitou uma contribuição original para a interpretação das dinâmicas da cidade, principalmente àquelas voltadas ao interesse particular de alguns setores, escondidos em documentos mobilizados por Carvalho (1980) durante a pesquisa.

A pesquisa realizada por Carvalho (1980) abriu as portas para um novo tipo de abordagem, a recuperação da utilização de fontes que, além de possibilitarem uma maior contextualização, desvelava o quadro de agentes e as disputas em volta da renovação urbana do espaço. Nesse sentido, após estagiar como professor e pesquisador do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jaime Larry Benchimol através da documentação dispersa disponibilizada pelo arquivo, teceu sua dissertação através da *linkagem* e reconstrução das fontes que possibilitaram recontar a história da reforma Pereira Passos. Defendida em 1982 pelo departamento de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Benchimol (1992) escreveu sua obra "Pereira Passos; Um Haussmann Tropical", que viria se tornar um clássico da História Social do Rio de Janeiro, também publicada pela coleção Biblioteca Carioca, em 1992. A abordagem utilizada pelo autor ao recontar a história da renovação urbana do Rio de Janeiro entre os anos de 1902 e 1906 se dá nos debates sobre a concepção da modernidade e do atraso, que estavam em disputa a partir das novas necessidades adquiridas com o avanço do capitalismo. As ideias de reformulação da cidade inadequada e colonial para uma cidade moderna, civilizada e capitalista. Essas necessidades organizaram interesses políticos, econômicos e sociais que se entrelaçaram na remodelação da cidade, figurando uma trama onde o Estado protagonizou o bota-baixo. O autor chama a atenção para o complexo das relações sociais envolvidas nesse processo, principalmente pela radicalidade na qual o centro da cidade foi reestruturado. Abrigo das mais diversas classes sociais desde a chegada da corte portuguesa, o centro da cidade se construiu a partir da variedade dos modos de viver na cidade. Com a derrubada maciça das habitações localizadas nessa área, o impacto que essa empreitada teve sobre os seus diversos protagonistas é o que possibilitou uma maneira específica de reconstruir e sobreviver às novas condições urbanas (BENCHIMOL, 1992, p.229). Mattos (2008) nos mostra que:

Na primeira metade da década de 1980, houve um *boom* de estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro, no qual a análise sobre a habitação popular foi privilegiada. As pesquisas desenvolvidas nessa época apresentavam traços em comum, como a ideia de que o surgimento da chamada questão habitacional na capital federal estaria ligado às transformações sócio-econômicas ocorridas entre o final do século XIX e o começo do XX. Essa produção também foi influenciada pela teoria de Friedrich Engels, segundo a qual a lógica de organização espacial seguiria os interesses e as necessidades das classes dominantes e, mais amplamente, do capital, o que produziria rebatimentos no campo da moradia popular.

Uma das contribuições mais importantes da pesquisa de Benchimol (1992), por exemplo, foi a abordagem do aspecto cultural da reforma. A partir da exposição dos decretos e pos-

turas que tentavam regulamentar os hábitos e as "velhas usanças"(BENCHIMOL, 1992, p.277) da cidade, o autor conseguiu estabelecer o diálogo da relação que essas proibições tiveram com a ideologia burguesa de desfrute do espaço urbano, abordando um aspecto da reforma Pereira Passos pouco discutido por outros autores da década de 1980.

A perseguição da Reforma contra os hábitos, práticas econômicas e formas de lazer, atingiam diretamente as condições de vida e uso do espaço urbano da grande massa popular. A perseguição desses hábitos era fiscalizada pela polícia, sendo os decretos baixados pelo prefeito direcionados diretamente ao órgão, que era responsável pela fiscalização e contabilidade das infrações cometidas na capital. A fiscalização das "velhas usanças", além de restringir o uso do espaço reformado pela maior parte da população, rendeu para a prefeitura o significativo aumento da sua receita, através das multas aplicadas e recolhidas. Essas imposições visavam acabar com os hábitos considerados arcaicos e rurais, que eram incompatíveis com a civilização, modernidade e a ideologia sanitária que davam a sustentação ideológica da reforma.

Indo de encontro às conclusões de Lia Carvalho (1995) sobre a política de remoção das habitações populares e seus resultados, é que Benchimol (1992), de maneira parecida, apresenta o aumento das favelas como consequência da reforma urbana de Pereira Passos. O autor destaca a contradição presente na forma como foi conduzida a reforma e a impossibilidade de rearranjar as diferentes classes sociais que conviviam, mesmo que de forma atritante, no centro urbano do Rio de Janeiro, sendo necessária a segregação do espaço urbano (mais precisamente, a sua estratificação social) para que os ideais burgueses almejados pela reforma fossem postos em vigência. É a partir da vitória da burguesia juntamente com a ação do Estado que a crise habitacional é agravada, marcando a penúria e a carestia das classes populares que irão buscar nos morros do centro o seu refúgio. Dessa maneira, o autor apresenta a favela como consequência direta da interferência burguesa no espaço urbano.

Três anos após a defesa da dissertação de Lia Carvalho (1980), no mesmo departamento de pós-graduação em História da UFF, Oswaldo Porto Rocha defendeu a sua dissertação intitulada "A Era das Demolições - cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)", publicada posteriormente pela coletânea Biblioteca Carioca no mesmo volume que a obra de Lia de Carvalho, após o fim da ditadura militar e a consolidação da redemocratização. Partindo de uma análise também baseada na obra de Engels (2008), o autor tece a sua crítica ao processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, com ênfase no quadriênio da administração de Rodrigues Alves e Pereira Passos. A obra de Rocha (1983) se assemelha à proposta de Abreu (1978), Carvalho (1980) e Benchimol (1982) ao pensar a organização do espaço urbano como um processo conduzido pela burguesia, que reflete sobre a produção do Rio de Janeiro. Dentro dessa perspectiva, a produção do espaço urbano dá contorno às entidades privadas e as disputas políticas envolvidas no processo. Porém, o que faz da sua contribuição inovadora é a centralidade política que o

autor dá ao Clube de Engenharia, principalmente na figura de Paulo de Frontin<sup>9</sup>. Além da sua investida na investigação sobre o "outro lado da moeda"(ROCHA; CARVALHO, 1995, p.27) da reforma Pereira Passos, analisando as camadas populares durante a empreitada sanitária e civilizatória através da produção cultural do período, como a literatura e música, fazendo um contraponto com a produção oficial do governo sobre essas mesmas camadas populares.

Com seu recorte de pesquisa partindo de 1870, Rocha e Carvalho (1995) mostra a evolução histórica da malha urbana dos meios de transporte, mostrando todas as concessões realizadas desde a época do Brasil Imperial às empresas privadas interessadas na exploração da atividade. Essa dimensão é enfatizada pelo autor pois ele demonstra como esse processo de licitações, contratos e expansões dos meios de transporte foram essenciais para a criação dos bairros, nos quais as companhias, principalmente de bondes, participaram ativamente. A concessão de licitações possibilitou a formação de Cias. nacionais e internacionais na exploração das infraestruturas urbanas e também na especulação imobiliária, sendo uma das formas de atuação dos interesses capitalistas na formulação da cidade.

Nesse entremeio, outra atuação importante deste processo foi a do Clube de Engenharia. Nascido dentro da Escola Politécnica, fundado em 1880, o clube canalizou os maiores debates intelectuais do período sobre a necessidade urgente de uma reforma urbana que embelezasse e saneasse a cidade. Tendo nomes como Pereira Passos, Vieira Souto, Conrado Niemeyer, Carlos de Sampaio, Paulo de Frontin e Francisco Bicalho em seu corpo de membros, o impacto do Clube de Engenharia na formulação do plano de remodulação da cidade foi essencial na análise do autor. A fama do clube se deu após a resolução do episódio da falta d'água no verão de 1888<sup>10</sup>. Após a resolução, a fama positiva deu ao Clube de Engenharia o cargo indispensável de parecerista técnico a ser consultado. Segundo Rocha (1983), essa virada marcou também uma vitória tecnicista na elaboração de planos a serem executados, onde o discurso sobre a necessidade de sanear a cidade e o combate às habitações populares esteve presente em peso. A atividade do clube marca também a tônica das reformas que ocorrerão de 1902 a 1906. Composto por membros da alta burguesia, o autor argumenta ser essa uma das marcas sociais que irão influenciar no processo cirúrgico pelo qual o Rio de Janeiro passou no período.

---

<sup>9</sup> Importante Engenheiro, adquirindo fama a partir da sua resolução rápida ao episódio da falta d'água na cidade do Rio de Janeiro no verão de 1888, que ele resolve em seis dias. Paulo de Frontin era membro ativo do Clube de Engenharia e muito respeitado no círculo intelectual do período, sendo um dos quadros técnicos mais importantes e mais consultados pelo poder público. Fez parte do time de engenheiros escalados para realizar a Reforma Urbana no período de 1902-1906, sendo responsável pelo alargamento das ruas da Avenida Central.

<sup>10</sup> O episódio aconteceu ainda no Império. Na ocasião, durante um verão estorrecedor, a água na cidade acabou. Para a resolução do problema, o imperador D. Pedro II abriu licitações para a iniciativa privada, onde um grupo de engenheiros chamou a atenção ao propor a resolução do problema em apenas seis dias. O time de engenheiros do Clube de Engenharia, liderados por Paulo de Frontin, conseguiu cumprir a proposta ousada e fizeram jorrar água das fontes dentro do prazo prometido, contribuindo para a consolidação do nome de Frontin como um dos principais quadros técnicos do período, como exposto na nota 3 e consolidar o Clube de Engenharia como uma unidade intelectual importante.

As produções da década de 1980 que pesquisaram a reformulação urbana do espaço a partir da reforma Pereira Passos (1902-1906) tem em comum a análise enfática da participação do Estado e de grupos de interesse capitalista na interferência desse processo. Para Rocha (1983) "a administração Pereira Passos representa o triunfo dos interesses ligados à construção civil, ao comércio (importação principalmente) e aos meios de transporte"(ROCHA; CARVALHO, 1995, p.67), sendo esses setores responsáveis pelo projeto executado, simbolizando uma vitória de uma visão de ordem e de classe. Para que a vitória dos grupos ligados à construção civil (sendo o Clube de Engenharia o representante mor), a intervenção da prefeitura foi fundamental através da elaboração dos códigos de posturas que regulamentavam as construções pela cidade, exigindo padrões técnicos e materiais alcançáveis apenas para grupos com capitais suficientes nessa investidura. Essas restrições impediam que os antigos proprietários dos imóveis, principalmente dos cortiços e casas cômodos, pudessem voltar a construir, eliminando da disputa pela especulação imobiliária esse setor, tornando possível assim a monopolização do ramo pela burguesia ligada à construção civil. Porém, os efeitos da "era das demolições" e da vitória da classe burguesa foram o desalojamento de vinte mil pessoas no curto período de quatro anos e a subida dos habitantes expulsos aos morros centrais da cidade (ROCHA; CARVALHO, 1995, p.89).

A partir desse cenário de disputas pelo espaço urbano e da derrubada massiva das habitações coletivas é que Rocha (1983), indo de encontro com as conclusões de Carvalho (1980), atribui a origem da favela. Apesar de Rocha (1983) apontar a existência das favelas desde o início do século XIX, é a partir da intervenção urbana de Pereira Passos que o autor aponta o crescimento significativo desse espaço. A sistematização do processo de ocupação dos morros (principalmente do morro da providência) é analisada pelo autor como solução para o problema de moradia das pessoas que sofreram com a remoção de suas casas e que não conseguiam arcar com os altos custos dos meios de transporte, vendo nos morros a forma de permanecer próximos a área de maior fornecimento de empregos, o centro da cidade.

Além da dimensão da ocupação física das classes mais pobres pela cidade, o autor também analisa as representações culturais e sociais nas quais essa camada da população urbana era reconhecida e se reconhecia. Através da produção musical e literária, o autor reconstrói um universo de representações do cotidiano dessa população e das suas formas de morar no espaço físico da cidade. Através da análise dessas fontes, inovadoras em termos de pesquisa para o período, é que o autor propõe que os hábitos praticados no entorno da praça onze, área com uma grande concentração das casas coletivas e dos cortiços, um foco de resistência à cidade imposta pela reforma. Do outro lado da moeda, o autor contrasta essas fontes com os relatórios produzidos pelo poder municipal, nos quais essas formas de viver e habitar eram sinônimos de problemas. O relatório elaborado pelo engenheiro e secretário de obras, Everardo Backheuser, foi utilizado como instrumento para analisar as percepções do poder municipal em relação às classes pobres tanto por Carvalho (1980), quanto por Rocha (1983). Na análise feita por Rocha (1983), o autor demonstra como a favela já era apontada rodeada de estigmas negativos

em 1906, interpretada como um problema a ser solucionado nesse documento. A utilização do Relatório Sobre as Habitações Populares, de Everardo Backheuser produzido em 1906, pode ser a tentativa que os autores encontraram de trazer uma contribuição histórica de uma possível origem da estigmatização e condenamento dos pobres habitantes da cidade, visto a ampla utilização desse documento como um instrumento utilizado para interpretar a visão dos órgãos públicos a respeito dos locais de moradias dos pobres durante a primeira república.

Em 1984, em um artigo escrito para o Seminário de Habitação Popular no Rio de Janeiro durante a Primeira República, Maurício Abreu analisou o surgimento da favela no espaço urbano do Rio de Janeiro a partir de uma contradição da própria reformulação da cidade. Para o autor, mesmo existentes desde 1897, é a partir da reforma urbana de Pereira Passos que as favelas adquirem uma nova forma no espaço urbano. A análise de Abreu é fundamentalmente importante por dois motivos: 1) o autor avança o debate analítico sobre as favelas em relação ao mito de origem, associado ao deslocamento de soldados vindos do confronto de Canudos, para inseri-la no debate sobre o fazer a cidade, indicando-as como uma forma de construção urbana, contraditória ao que o Estado impôs através das intervenções urbanas. 2) Ao analisar a favela como uma forma específica de habitar a cidade, o autor conseguiu propor um debate mais abrangente, entendendo o significado do espaço a partir da sua ocupação física e social. Interessado em analisar os processos sócio-históricos presentes na construção do espaço urbano do Rio de Janeiro, Abreu (1984) analisou a desigualdade social presente na divisão das áreas urbanas através de um modelo dicotômico do tipo núcleo-periferia.

Ao elaborar a tese de que a cidade do Rio de Janeiro passou por processos que uniram os interesses do poder público juntamente com os interesses do capital industrial em expansão, o autor conseguiu captar a ocupação da cidade e a sua expansão a partir dos meios de transporte para além do centro, cobrindo também a análise sobre os subúrbios e bairros mais distantes. Aprofundando o artigo apresentado ao seminário em 1984, Abreu lançou, em 1987, um livro chamado "A Evolução Urbana do Rio de Janeiro". Nesta obra, o autor continua perseguindo os caminhos do Estado na produção sócio histórica do espaço, entendendo a formulação do Rio de Janeiro a partir da sua atuação junto com os capitais nacionais e estrangeiros que dão forma e conteúdo para a cidade, principalmente através da delegação de funções diferentes aos bairros. Para Abreu (1987), assim como para 1995 é essa junção de interesses do Estado com o capital que dão o pano de fundo das soluções que irão buscar resolver os problemas da cidade.

Uma das preocupações mais latentes desde os tempos imperiais era a questão da habita-

ção popular,<sup>11</sup> que uniu agentes públicos e privados na formulação de propostas para a erradicação desse problema. A preocupação do poder público em relação à essas formas de habitação rendeu a abertura de licitações e propostas de subsídios para a iniciativa privada na construção de habitações coletivas higiênicas<sup>12</sup> para a população de baixa renda, visando a construção de habitações coletivas resguardadas por um código higiênico bem executado.

Sobre essa proposta de intervenção, Abreu discute ser baseado unicamente na forma de habitação (ABREU, 2003, p.216), propondo a substituição de uma habitação considerada insalubre, perigosa para o controle e esteticamente indesejável por habitações que possibilitassem o controle da população ali residente, o embelezamento e saneamento da cidade. O ponto de inflexão e a mais importante contribuição de Abreu para os estudos sobre a origem das favelas é a análise da reforma Pereira Passos enquanto um programa urbanístico que promoveu a remodelação da cidade e o deslocamento da forma de olhar, interpretar e interferir nos considerados problemas urbanísticos. Entendendo a produção do espaço a partir da perspectiva analítica de Lefebvre (1969) e Castells (1974) o autor atribui à reforma urbana iniciada no governo do presidente Rodrigues Alves e, em grande parte, administradas pelo prefeito Pereira Passos o sentido de catalisar as mudanças de cunho político, econômico e social que estavam acontecendo desde o século XIX nas discussões sobre o futuro do Brasil, principalmente pelos adventos da República e da abolição da escravidão. Para o autor, a reforma de Pereira Passos e Rodrigues Alves dá os contornos sócio-históricos desejáveis pelo novo programa da Nação Brasileira, sendo ao mesmo tempo fruto das mudanças iniciadas em 1850 e condicionadora destas. É na reforma urbana de Pereira Passos que as condições se materializam para que a intervenção urbanística seja efetivada com a dimensão desejada anteriormente e que seus efeitos serão sentidos pelas novas formas e funções sociais que o espaço adquira a partir de então.

Para Abreu (1987) a transformação urbana visava resolver as contradições da forma urbana da cidade: elimina-las do espaço urbano através da substituição do atraso de um Rio de Janeiro colonial por outro que refletisse a forma urbana capitalista. Através da modernização das infra-estruturas para o avanço da industrialização e da criação de um modelo de cidade que visasse apresentar o novo modo de viver cosmopolita das elites políticas do maior exportador de café do mundo, eliminando a imagem de uma capital insalubre e atrasada. É na reforma Pereira

---

<sup>11</sup> Uma das formas mais expressivas das habitações populares eram, assim como apresentados também por Carvalho (1980), os cortiços e casas de cômodo. Desde 1850 essas habitações se tornaram foco de políticas públicas voltadas para a erradicação desses espaços, vistos como problemas devido à sua associação com a proliferação de epidemias contagiosas que prejudicavam a imagem do Brasil no exterior. As políticas que surgiram na intervenção desses espaços foram discutidas e analisadas ao longo das décadas, sendo importantes fontes para pensarmos um dos aspectos na construção das favelas enquanto um problema para as classes abastadas na sua tentativa de ordenamento da vida urbana.

<sup>12</sup> Outra questão de suma importância para a construção da favela enquanto um problema, era o seu entendimento enquanto insalubre e disseminador de doenças. O discurso higienista promoveu intervenções urbanísticas baseadas em um pensamento da medicina técnica, que entendia o espaço de habitação das camadas pobres como o catalisador das mazelas que corroíam a imagem do Rio de Janeiro capital federal.

Passos que o autor identifica o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, principalmente o seu papel na organização econômica e ideológica da expulsão dos pobres do centro da cidade.

É nesse aspecto que o autor encontra a síntese do seu argumento sobre a contradição produzida pela reforma: as favelas, que servirão de moradia alternativa aos pobres expulsos dos cortiços que foram demolidos no centro. Uma válvula de escape apresentada para as pressões colocadas no jogo acima exposto, foi a abertura dos subúrbios para os trabalhadores que conseguiam arcar com os custos dos meios de transporte,<sup>13</sup> encontrando a solução para o problema da forma de habitação (cortiços, casas de cômodos) no espaço de habitação (loteamentos, subúrbio, periferia). É nesse movimento que o autor aposta a sua tese, na formulação da cidade a partir das reformas urbanas que dão novas formas e conteúdos aos espaços habitáveis, dividindo a cidade em um núcleo e a sua periferia. Para o autor, o núcleo concentra as melhores infraestruturas urbanas disponíveis enquanto as periferias sofrem com as penúrias da vida urbana.

A centralidade da produção da década de 1980 sobre a reforma Pereira Passos foi a questão habitacional. A partir de trabalhos que discutiram esse aspecto do remodelamento da cidade através de fontes diversas trazem para o campo a possibilidade de novas perguntas sobre o período. Porém, em sua dissertação escrita em 1984, também no departamento de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Sidney Chalhoub defendeu um trabalho clássico para a História Social do Rio de Janeiro. Lançado em 2001 como livro, "Trabalho, Lar e Botequim" se tornou indispensável para a compreensão de uma história que é narrada através do cotidiano dos trabalhadores da *belle époque*, mostrando as contradições existentes na vida que acontecia em meio às agitações urbanas da virada do século. Com um trabalho de pesquisa realizado através de fontes do arquivo criminal disponíveis no Arquivo Nacional, o autor conseguiu trazer à vida personagens que puderam demonstrar os dramas e as penúrias sofridas pelos despossuídos no Rio de Janeiro que estava se construindo sob a ordem capitalista.

Essa forma de abordagem possibilitou algumas novas considerações sobre o período, captadas através da perseguição sistemática de fontes que pudessem dar ao autor ferramentas analíticas suficientes para desvelá-las. Ao perseguir os trabalhadores e o seu cotidiano através dos processos criminais, Chalhoub (1985) pôde identificar padrões e estruturas de repressão e controle dos trabalhadores, identificados através das relações que ele observou serem sistemáti-

---

<sup>13</sup> A partir das intervenções urbanas de Pereira Passos e Rodrigues Alves, o dinamismo econômico da capital federal possibilitou a geração de novos empregos, tanto na construção civil quanto nas empresas privadas de fornecimento de energia e outros gêneros. Essa movimentação causada pela reforma possibilitou o aumento de empregos assalariados no Rio de Janeiro, solucionando o problema da habitação popular das camadas que tinham acesso aos salários e conseguiam arcar com os custos do transporte que ligava os subúrbios às áreas centrais da cidade, onde existiam os empregos. Mesmo servindo como o espaço de moradia dos trabalhadores, os reverses apresentados pela própria prefeitura, onde dificultavam as construções nesse espaço urbano destinado aos proletários, a ocupação do subúrbio foi paradoxal e contraditória. Para mais: (ABREU, 2003, p.224-227)



cas desses processos. Disso, resultou o principal aspecto da sua pesquisa: A análise da produção do cotidiano no contexto no qual ele produz e se reproduz, observando as relações raciais, ideológicas e de ordem social que estavam em jogo dentro do contexto do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX. Diferentemente dos seus colegas de departamento da primeira metade da década de 1980, Chalhoub foi o pesquisador que mais se atentou para as dinâmicas raciais em mudança na cidade a partir do processo de transposição do modelo senhorial-escravista para o modelo burguês-capitalista (CHALHOUB, 1985, p.47), trazendo para a análise das questões colocadas as coordenadas gerais da vida na capital. Para o autor, o processo de imposição de uma ordem capitalista acarretou consequências diretas na forma de pensar o controle sobre os libertos e imigrantes pobres. A ideologia do trabalho buscava se reafirmar enquanto um *ethos* nacional de progresso e, para garantir que a população se enquadrasse nessa dinâmica, o autor analisou a atuação policial e judiciária na garantia dessa ordem almejada pelas elites. Ainda nesses anos pecuniosos, onde a cena era marcada pela super oferta da mão de obra contrapondo a escassez de empregos, os acirramentos antagônicos entre brancos e negros, nacionais e imigrantes, demonstraram fazer parte da ordem do cotidiano dessas pessoas. As informalidades motivadas pela falta de empregos formais, que arrastava majoritariamente os negros pra ocupação desses cargos, gerava nos libertos o sentimento de raiva contra os imigrantes, que na maior parte das vezes ocupava os melhores cargos, principalmente os trabalhos formalizados.

Apesar da pesquisa de Chalhoub (1985) não ser diretamente sobre a reforma Pereira Passos, me parece cara pois é no contexto da reorganização do Rio de Janeiro que ele vai buscar o cotidiano dos trabalhadores cariocas. A análise sobre o cotidiano possibilitou o autor olhar para o processo da transformação de hábitos causada por um evento, que modificou as estruturas de uma sociedade no mesmo passo que essas estruturas causaram a sua modificação. Ao observar a vida dos diversos atores sociais do contexto da reforma urbana de Pereira Passos, Chalhoub buscou possíveis significados causados por um evento que mudou a ordem do espaço, ao mesmo tempo que estabeleceu uma nova visão sobre a normatividade, que não se traduz totalmente para a realidade, mas a muda significativamente.

A partir da discussão sobre habitação, o surgimento da favela enquanto um problema apresentado por Abreu (1987, Benchimol (1992), Carvalho e Rocha (1995) foi o resultado de um processo da própria reforma urbana, apresentada como a contradição gerada por uma reforma que criou mecanismos, técnicas e regras que tornaram difíceis a habitação das populações pobres na cidade reformada.

Os autores atribuíram, utilizando diferentes fontes para suas argumentações, o sentido da Reforma ao controle de circulação das mercadorias e do espaço urbanístico almejado, visando a articulação do Brasil à economia capitalista mundial. As favelas expressam, na visão desses autores, a contradição entre o avanço das obras da Reforma que determinaram o arrasamento dos quarteirões do centro, refúgio dos cortiços e moradias das classes pobres urbanas, para as obras de circulação de mercadorias na cidade (abertura de vias largas, obras no porto); e na sua dimensão urbanística através de leis, decretos e regimentos, que regulamentavam e ordenavam

toda a construção civil no distrito federal, baixados durante o período. De maneira direta, essas questões dificultavam a permanência das habitações populares na nova cidade planejada e executada pelos reformadores.

É necessário salientar o contexto no qual a produção sobre a reforma urbana de Pereira Passos da década de 1980 está inserido, como forma de resgatarmos uma análise mais ampla sobre a narrativa que foi construída nessa década sobre a formação urbana do Rio de Janeiro. Tendo como pano de fundo uma intensa sistematização de remoção das favelas durante a ditadura militar (1964-1985), um dos aspectos que transcorrem os trabalhos da década de 1980 sobre a reforma urbana de Pereira Passos é a tentativa de resgatar as disputas entre os diferentes grupos representantes do capital e seus interesses capitalistas na intervenção do espaço.

Nesse sentido, favela é interpretada como uma contradição à ordem da fúria demolidora (ABREU, 2003, p.229), imposta por ela, contrapondo a tentativa de controle total sobre o espaço realizado pelo Estado e pelos setores privados de interesse capitalista. Ocupa um pequeno espaço da produção intelectual sobre a reforma urbana, mas é analisada como contraponto direto na solução para o problema habitacional das camadas mais pobres que necessitavam acessar os empregos ofertados no centro da cidade. Nesse sentido, a reforma urbana de Pereira Passos é apresentada pelos autores da década de 1980 pelas lentes das políticas habitacionais (e contra às habitações) colocadas em prática no período. A partir da abordagem dessa dimensão da reforma, os autores observaram as favelas surgindo enquanto uma contradição da ordem que a reforma objetivava legitimar na construção do espaço urbano.

A observação das entidades envolvidas no processo de transição de uma economia baseada na escravidão e na exportação agrícola para a consolidação de uma economia capitalista foi o pano de fundo da análise dos autores dos anos 1980 sobre a reforma urbana de Pereira Passos. Não que essa dimensão não seja importante, certamente ela fez parte da tentativa de construção de uma história urbana da cidade. Porém, o processo de investigação avança e novas interpretações se colocam como desafios a serem executados. Pensar o Estado enquanto um grande agenciador do capital nos auxilia a compreender a construção da cidade do Rio de Janeiro e dos seus espaços habitáveis a partir de um aspecto. A voracidade na qual o Rio de Janeiro é produzido nos exige revirar os escombros dos morros desmanchados e vasculhar a história dos morros que se mantiveram ocupados. A consolidação da narrativa dos autores e autoras da década de 1980 estiveram atreladas às disputas urbanas vigentes em um Rio de Janeiro que enfrentava uma política urbana desigual, onde removia os favelados de forma arbitrária, jogando-os em conjuntos habitacionais distantes do seu local de moradia anterior.

Outro ponto de importante destaque é, apesar dessas obras cobrirem a formulação da cidade a partir da transição do Rio de Janeiro colonial e escravagista para o Rio de Janeiro capitalista, os autores não aprofundam as questões raciais envolvidas no processo de construção das reformas urbanas, sendo este um aspecto fundamental na elaboração da reforma e nas dinâmicas urbanas que sucederam. O resgate à pauta racial vai ser realizado de maneira progressiva, principalmente nas produções sobre a reforma que foram publicadas a partir de 2000, que serão

tratadas no quarto capítulo dessa dissertação.

Como tentativa de recapitular a discussão realizada ao longo desse capítulo, tentarei estruturar o fio de pensamento que guiou a sua elaboração. Ao pensarmos a produção científica sobre a reforma urbana de Pereira Passos por décadas, conseguimos analisá-la sistematicamente com as questões políticas e sociais vigentes em cada período, contribuindo, por exemplo para a apreensão da construção de uma narrativa imposta à um evento, construindo a produção de uma realidade na qual a narrativa ganha centralidade.

Busquei argumentar que o *boom* sentido na produção sobre a reforma Pereira Passos durante a década de 1980 esteve atrelado às políticas públicas urbanas da década de 1960 que, segundo Brum (2012), organizaram uma remoção sistematizada das favelas, que eram encaradas pelos órgãos públicos da ditadura militar como problemas a serem solucionados. Como resultado dessa narrativa, remoções e realojamentos da população habitantes das favelas foram realizadas, principalmente mediadas pela CHISAM e pela construção de conjuntos habitacionais realizados pelo BNH.

Além disso, indaguei que, pelo fato das questões relacionadas às favelas estarem em constante debate no período, mesmo com todo o silenciamento imposto pela ditadura militar, os autores trouxeram como elementos centrais para o debate a ideia de um processo de construção da cidade. Marcada pelas desigualdades e interesses particulares, a reforma Pereira Passos foi analisada pelos autores como um evento (SAHLINS, 2008) que efetivou um padrão sistemático na produção da cidade: Um padrão que consolida o modelo de "cidade partida", onde as favelas se apresentam como uma contradição a cidade pensada pelos médicos e engenheiros.

## 2 A CIÊNCIA, O CAPITAL E A ORDEM: A DÉCADA DE 1990

"(...) Há simetria, mas não lógica. O fim de uma rua pode ser o começo de outra, que por sua vez é cortada por mais duas ou três e assim sucessivamente, como se fossem o desenho de um labirinto. Nessa parte central da favela predominam casas de alvenaria; os barracos ali são raros. Mas as paredes de tijolos aparentes, sem acabamento, dão a impressão de um bairro inacabado."

VENTURA, Zuenir. Cidade Partida, 1994. p.58

A descrição citada acima, do jornalista Zuenir Ventura sobre a favela do Vigário Geral, me parece uma boa forma de abrir esse capítulo. Em seu livro "Cidade Partida", lançado em 1994, o jornalista apresentou sua tese à um Rio de Janeiro que lidava com um emaranhado de questões. Desde a experimentação de uma eminente escalada da violência urbana, passando pelos movimentos sociais que exigiam o direito à cidade, o Rio de Janeiro, apesar de um só, parecia dividido. Fato é, sob o mesmo título, Ventura (1994) se debruçou em uma tese que tentava organizar as questões, desvendar os fatos, confirmar as hipóteses de que o Rio de Janeiro, *de facto*, era dividido. Não estava, era.

Como fio condutor da sua tese, Ventura (1994) tentou reconstruir os acontecimentos que culminaram na Chacina do Vigário Geral<sup>14</sup>, ocorrida em 29 de agosto de 1993 na mesma favela que se tornou pronome do massacre. Além da chacina do Vigário Geral, a década de 1990 conheceria a fundo essa modalidade de violência sendo, ao todo, seis chacinas históricas realizadas ao longo da década<sup>15</sup>. A escolha de Zuenir, ao optar o caminho da chacina do Vigário Geral para confirmar a repartição do Rio de Janeiro, consagrou o autor e a sua retórica o Prêmio Jabuti<sup>16</sup> em 1995. Além do prêmio, a investida de Ventura (1994) consolidou uma interpretação sobre os problemas de violência na cidade, relacionados diretamente às desigualdades sociais urbanas que dividia o Rio de Janeiro em dois: O das favelas e o do asfalto. Para Ventura (1994), o Rio além de dividido, estava em guerra.

Com uma análise que buscou enquadrar os epidêmicos episódios de violência no Rio de Janeiro desde a década de 1950, passando pela ditadura militar e pela formação dos esquadrões

<sup>14</sup> A chacina do Vigário Geral, acontecida em 29 de agosto de 1993, foi o massacre realizado por um grupo de extermínio, deixando como vítimas vinte e uma pessoas. O caso foi julgado pela Organização dos Estados Americanos, onde apenas um dos cinquenta e um condenados continua preso, o ex policial militar Sirlei Alves Teixeira.

<sup>15</sup> As chacinas da década de 1990 marcaram a história do Rio de Janeiro pela violência aplicada por policiais contra a população majoritariamente pobre, de favelas e periferias. Essa violência, realizada de maneira ilegal pelas forças policiais ligadas à grupos de extermínio, produziu ao longo da década de 1990 seis chacinas consideradas fatos marcantes para a história da cidade. Essas e outras chacinas foram organizadas em um linha do tempo histórica, através de uma pesquisa colaborativa entre os grupos GENI (UFF), CASA(IESP) e o WikiFavelas, estando disponível para acesso em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Linha\\_d\\_o\\_t\\_e\\_m\\_p\\_o\\_d\\_a\\_s\\_p\\_r\\_i\\_n\\_c\\_i\\_p\\_a\\_i\\_s\\_c\\_h\\_a\\_c\\_i\\_n\\_a\\_s\\_n\\_o\\_R\\_i\\_o\\_d\\_e\\_J\\_a\\_n\\_e\\_i\\_r\\_o](https://wikifavelas.com.br/index.php/Linha_d_o_t_e_m_p_o_d_a_s_p_r_i_n_c_i_p_a_i_s_c_h_a_c_i_n_a_s_n_o_R_i_o_d_e_J_a_n_e_i_r_o)

<sup>16</sup> Premiação literária realizada pela Câmara Brasileira do Livro à obras consideradas de excelência.

da morte, Ventura (1994) conseguiu construir uma narrativa convincente, principalmente ao amarrar os fatos que levaram os leitores - e futuros intérpretes da sua tese - a lógica operacional das polícias contra os mais pobres, especialmente os favelados. Desde 1990 a metáfora de que o Rio de Janeiro vive em guerra propõe uma visão da cidade como sendo dividida entre aqueles compreendidos e legitimados como cidadãos e os “outros”. Esses atores, quando mobilizados dentro da narrativa de repartição da cidade, figuram em um cenário onde a guerra se faz presente no cotidiano carioca, uma guerra que polariza o “nós” (legitimados pelo direito à cidadania) e os “outros” (os que compartilham o espaço urbano mas não correspondem à essa cidadania).

Essa narrativa ganhou um espaço considerável na percepção dos problemas da cidade e na formulação de políticas públicas e planos de ação. A violência passou a ser acionada como mediadora do conflito desenhado, justificando ações e excessos cometidos pelo estado e pelas polícias dentro deste cenário metafórico de guerra. Infrações contra o direito dos habitantes das favelas, chacinas, aumento da taxa de letalidade policial e políticas de segurança militarizadas pareciam fazer parte desse modelo de gestão escolhido para ordenar a cidade do Rio de Janeiro.

Os debates propostos por alguns sociólogos ao pensar no problema de segurança do Rio de Janeiro, pareciam concordar com a ideia de repartição da cidade (LEITE, 2000) (SILVA, 2010a) (VALLADARES, 2000). Uma repartição que parecia separar uns e "outros" através de um estigma, de um preconceito de classe e raça, e um ódio territorializado. Porém, havia uma falta, um pedaço no corpo da análise que respondesse onde iniciava o muro que dividia a cidade. Em 1996, o historiador Sidney Chalhoub pareceu responder essa pergunta ao escrever sua obra *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. Como Ventura (1994) ao percorrer os caminhos que levaram a maior chacina da história (infelizmente, de até então), Chalhoub (2018) construiu a sua narrativa sobre a repartição do Rio de Janeiro através da perseguição de uma ideologia que era moda no século XIX: O higienismo. Para ele, essa ideologia marcou um modelo de ação da gestão dos pobres na cidade do Rio de Janeiro, com seu auge alcançado nos anos da reforma urbana de Pereira Passos.

A reforma Pereira Passos foi retomada durante a década de 1980 como símbolo de repartição da cidade por seus autores, como exposto no capítulo anterior. Mesmo que estes autores não tenham nomeado o filho, como fez Ventura (1994). Porém, durante a introdução do seu livro, Zuenir Ventura escreveu que "desde reforma de Pereira Passos e passando pelos planos Agache e Doxiadis, a opção foi sempre pela separação, senão pela simples segregação. A cidade civilizou-se e modernizou-se expulsando para para os morros e periferia seus cidadãos de segunda classe." (VENTURA, 1994, p.13). A interpretação de Zuenir Ventura corrobora com minha hipótese: Mesmo sem dar nome ao filho, a produção especializada sobre a reforma Pereira Passos da década de 1980 pariu o mito da cidade segregada. Esse mito irá se tornar o pano de fundo da literatura que buscou investigar o mesmo evento nas décadas subsequentes, repaginado por novas perspectivas, fontes e teorias.

Abrindo um parênteses na discussão sobre segurança pública e violência urbana, é importante pensarmos como as políticas urbanas também dividiram o palco com esses dois temas,

encenando a mesma peça dramática. Com a redemocratização do Brasil, marcada pela constituição de 1988, as atenções dos intelectuais pareciam estar voltadas às possíveis heranças deixadas pelo regime ditatorial findado três anos antes. Apelidada de "Constituição Cidadã", a constituição de 1988 abordou temáticas até então ignoradas pelos documentos anteriores, consagrando seu apelido. Procurando não me estender, mas sim pontuar, a constituição de 1988 traria também, mesmo que treze anos depois, o Estatuto da Cidade.

Segundo FRANÇA (2019), a constituição de 1988 possibilitou um espaço de luta e participação democrática dos movimentos sociais ligados às reivindicações por políticas urbanas, formatando e pressionando por políticas públicas voltadas ao tema. Na década de 1990, a atuação de movimentos sociais nacionais que reivindicavam o acesso a moradia possibilitou que o Estatuto da Cidade existisse. A atuação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) foi destacada pela autora como essencial para a consolidação do estatuto, mesmo sofrendo alterações ao longo da década:

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana sofreu alteração em sua configuração e passou a ser denominado Fórum Nacional de Reforma Urbana na década de 1990, com a defesa do direito à cidade e à cidadania e enfoques sobre a necessidade de qualificação do acesso aos bens e serviços ofertados no espaço urbano, gestão democrática, promoção de ações de planejamento e governança, que favoreçam a participação, a eficiência e a transparência, além da promoção da função social da cidade e da propriedade, de forma a favorecer o interesse da coletividade.

FRANÇA (2019, p.100)

A ação do Fórum Nacional pela Reforma Urbana conquistou um espaço de discussão internacional durante a ECO 92<sup>17</sup>, abordando temas relacionados à moradia e a construção de habitações sustentáveis (FRANÇA, 2019, p.100). Coincidentemente, durante a conferência o exército nacional ocupava as ruas na intenção de garantir a paz na cidade, protegendo-a das "ameaças de violência que vinham das favelas"(VENTURA, 1994, p.70). A relação entre ameaça, cidade e direitos pareceram embalar a crônica da década de 1990. De um lado, políticas de segurança e ataques às favelas organizados por esquadrões e forças policiais paralelas. De outro, moradores e moradoras empenhados em construir uma agenda que garantissem o acesso à políticas urbanas de habitação e a diminuição da violência policial.

Em relação às políticas públicas urbanas, o Rio de Janeiro de 1990 pareceu adotar um tom diferente daquele usado na "era das remoções"(BRUM, 2012, p.358), onde o projeto remocionista foi substituído por um programa de urbanização das favelas. Segundo Cavalcanti (2013), as políticas de urbanização marcaram o que a autora chama de "consolidação das favelas", um marco para a formalização de um território que lutava contra a ameaça constante

---

<sup>17</sup> O Rio de Janeiro sediou a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992. Durante a conferência, reuniram-se no Rio de Janeiro para um evento de quinze dias representantes de vários países do mundo.

da remoção. Porém, a inscrição das favelas na paisagem urbana, segundo a autora, foi mediada pela ideia de oposição desse território em relação a cidade dita formal (CAVALCANTI, 2013, p.194), que reforçava um imaginário social fortemente vinculado ao sentimento de alteridade. A "consolidação das favelas"(CAVALCANTI, 2013, p.200) veio principalmente através do programa de urbanização chamado Favela-Bairro, onde:

Entre 1993 e meados dos anos 2000, a Secretaria Municipal de Habitação implementou o projeto Favela-Bairro, programa fundamental na consolidação das favelas cariocas. Seus projetos compreendiam obras de urbanização, modernização da infraestrutura das favelas, construção de espaços públicos e de equipamentos para a prestação de serviços sociais, como escolas, creches e postos de saúde. O programa selou a ruptura com os projetos de remoção ao propor a retirada apenas de famílias que viviam em áreas de risco (especialmente as zonas sujeitas a inundações e deslizamentos). Substituiu, assim, antigos projetos, valendo-se da premissa de urbanização com um componente "social", ou seja, incorporando aos projetos de intervenção aquela prestação de serviços, além de iniciativas promotoras de geração de renda.

(CAVALCANTI, 2013, p.200)

O projeto, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, cobriu mais de cento e cinquenta comunidades e cerca de vinte e cinco assentamentos ilegais pela cidade (CAVALCANTI, 2013, p.201). Como pauta principal, buscava a integração de um território considerado desintegrado, garantindo para as famílias o direito de moradia, pauta que as assombrava pela perigo eminente da remoção. A análise de Cavalcanti (2013) nos permite aproximar a lupa sobre os diferentes eixos temáticos sobre os quais as favelas estavam sendo pensadas durante a década de 1990. Seja pela mira da agenda pública de urbanização, seja pela mira do fuzil, a década de 1990 construía uma agenda pública para o Rio de Janeiro baseada na alteridade entre a "cidade formal"(ou asfalto) e as favelas. Como nos mostra a autora, as políticas de urbanização do Favela-Bairro vieram acompanhadas de uma política de segurança, pensada para agir de maneira eficaz contra o "problema da favela", agora costurado pelo fio amargo da (in)segurança pública.

O Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) foi uma estratégia pensada pela polícia junto ao movimento Viva Rio<sup>18</sup>, onde a presença de policiais nas comunidades era uma maneira pensada para a redução da violência e atuação do tráfico de drogas, que crescia desde o final da década de 1980.

O que Cavalcanti (2013) demonstra ao refletir sobre a justaposição de políticas de urbanização e políticas de segurança pública é a exposição de um modelo histórico na consolidação das favelas cariocas, que enfatizam o abismo que segregam esses territórios de um Rio de Janeiro considerado "formal". A ideia de formalidade e informalidade parece estar fortemente

<sup>18</sup> Grupo, ONG ou "movimento" criado em 1993 através da junção de lideranças de várias áreas da cidade e de diferentes grupos da sociedade civil na intenção de refletir sobre a crise de segurança pública que o Rio de Janeiro vivia na década de 1990.

vinculada às reflexões sobre a formação das favelas. Licia Valladares (2000) ao escrever um artigo no intuito de fazer uma análise da construção social da favela, por exemplo, utilizou a narrativa construída pela historiografia da reforma Pereira Passos das décadas de 1980 e 1990, para confirmar o adensamento do fenômeno das favelas como fruto da reforma Pereira Passos. Ainda em seu artigo, Valladares (2000) concorda que a reforma Pereira Passos foi responsável pela mobilização dos estigmas direcionados às favelas, principalmente aqueles que viam esse território como um 'mundo diferente' que emergia na paisagem carioca pela contramão da ordem" (VALLADARES, 2000, p.8).

O problema de segurança no Rio de Janeiro durante a década de 1990 promoveu, além das questões já expostas neste trecho, alguns episódios interessantes para pensarmos a lógica que Ventura (1994) emoldurou como repartição da cidade. Em um documentário gravado entre os anos de 1993 e 1998, lançado em 1999, João Moreira Salles e Kátia Lund buscaram contar essa repartição através da perspectiva de três diferentes atores presentes na dramaturgia carioca: Um traficante da favela Santa Marta, na zona sul. Um morador da mesma favela, e um policial. O documentário, que contava com trechos de uma entrevista ao chefe de polícia do período, Hélio Luz, buscou documentar as "Notícias de uma Guerra Particular", uma guerra silenciosa que envolvia, majoritariamente, os moradores das favelas e a polícia do Rio de Janeiro. O documentário marcou uma geração de intelectuais que buscavam encontrar a fórmula teórica para compreender os problemas que dividiam o Rio de Janeiro e causavam o descontrole violento.

Ordem *versus* desordem, formalidade *versus* informalidade, favela *versus* asfalto. Os binarismos mobilizados para descrever o cenário do Rio de Janeiro parecem estar ligados diretamente à uma utopia imaginada, interrompida por sua contradição. A década de 1990 é rica para pensarmos como o fantasma da cidade partida ganha materialidade. E a sua face de pele e osso, que passa assustar mais do que a imagem fantasmagórica, são as favelas. A produção da década de 1990 sobre a reforma urbana de Pereira Passos retoma a centralidade desses territórios para pensá-los historicamente, relacionando-os à política remocionista da Reforma que inaugurou, "ao som das picaretas", a repartição da cidade. Na próxima seção, buscarei retomar como a literatura especializada na reforma Pereira Passos contribuiu para que este evento fosse interpretado como o gestor histórico direto dessa política urbana que consolidou a "Cidade Partida"

## 2.1 Cidade dos limpos, cidade dos sujos: o sanitarismo como centralidade na década de 1990

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfacular do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse projeto impotente. Com que alegria cantavam elas — as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que



ali estavam compreendendo o que elas diziam, no clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte.

BILAC, O. Crônica (1904). Apud SEVCENKO, N. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 2003.

Outra bandeira importante levantada na cruzada de Pereira Passos na reformulação do Rio de Janeiro foi a da necessidade urgente de saneamento da capital federal. Tema de um debate longínquo na administração pública da cidade, a questão da higiene e saúde pública desde os tempos imperiais era uma constante preocupação que contribuiu para o crescimento de alguns cabelos brancos na cabeça do imperador D. Pedro II. As epidemias eram um problema gritante para o Rio de Janeiro, podendo ser constatado através da consulta de diferentes fontes, sejam elas os jornais do período, relatórios produzidos pela administração municipal, crônicas literárias ou a produção artística dos chargistas, como a charge simbolizando o médico sanitaria Oswaldo Cruz passando um pente fino no morro da Favella.

De fato, era um problema dos graves e a sua solução parecia lenta. A resolução desta questão passou a ser amplamente discutida na transição do século, em um período onde as agitações políticas e sociais das mudanças que ocorreram na política da cidade pareciam exigir pressa. Esse cenário calhou em resoluções enfáticas sob as ordens do prefeito Pereira Passos, que tinha como um dos grandes objetivos almejados pela reforma a necessidade do saneamento e embelezamento para que o Rio de Janeiro se tornasse as vitrines do progresso<sup>19</sup> do país.

Essa temática foi abordada como o pano de fundo das discussões acerca da reforma urbana de Pereira Passos ao longo da década de 1980, principalmente entre o círculo de pesquisadores do programa de pós graduação em História Social da UFF, onde estes recolheram relatórios de diferentes órgãos de controle e fiscalização, como as juntas de higiene para pensar as discussões sobre o problema habitacional, tema foco das pesquisas do período. Porém, a produção sobre a ideologia sanitaria só ganha volume e centralidade a partir da década de 1990, principalmente com a publicação da tese de Sidney Chalhoub (1996) onde o autor trabalha a construção de uma ideologia higienista desde o Império, rastreando as fontes que o levaram para o ano de 1850.

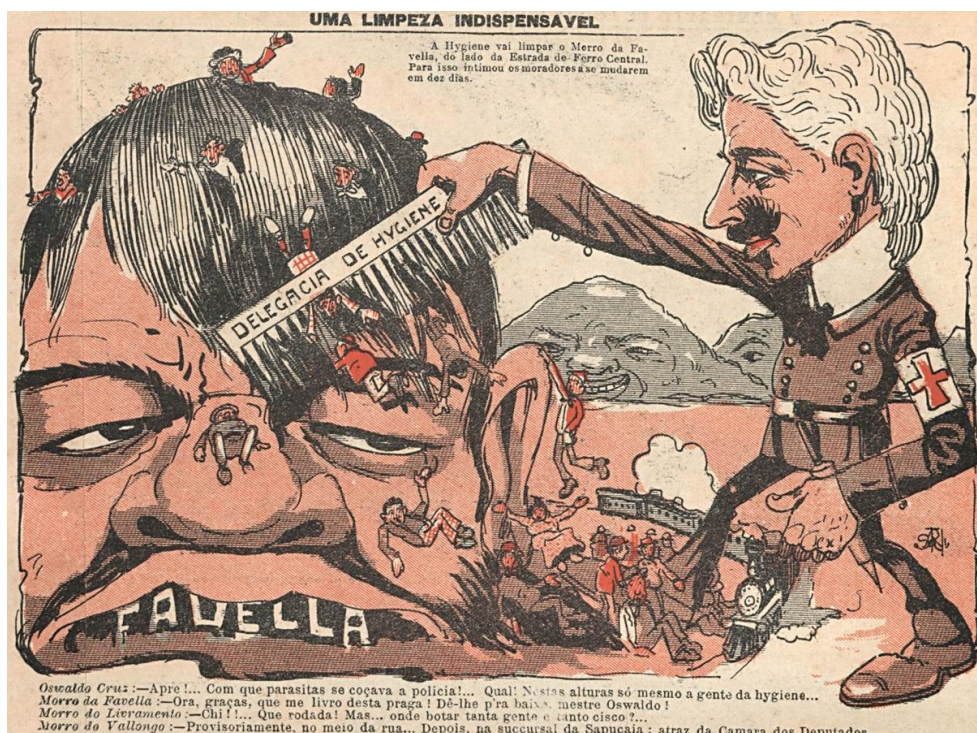
Nesta seção, conseguimos trazer uma panorama da produção científica sobre a reforma urbana de Pereira Passos durante a década de 1990, podendo observar um padrão de discussão alcançado durante o período, onde o sanitarismo esteve no centro das discussões formuladas para pensar a reforma Pereira Passos enquanto um evento que consolidou um padrão de expansão e intervenção na malha urbana a partir da mobilização da ideologia higienista.

Em 1991, no texto apresentado por Maurício Abreu e Lilian Vaz para o IV encontro

---

<sup>19</sup> Termo utilizado por Margarida de Souza Neves (1986), que fazia alusão as tentativas dos diferentes governos em demonstrar o Brasil enquanto uma nação ajustada ao relógio cronológico mundial a respeito da ordem, modernização e progresso.

Figura 2 - Caricatura de Oswaldo Cruz limpando a "imundice do Morro da Favela"



Fonte: O Malho, 8 jun. 1907.

nacional da ANPUR, os autores retomam a discussão sobre o problema de habitação no Rio de Janeiro transeunte do século XIX para o século XX com um outro foco: "preencher as lacunas da história da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro" (ABREU; VAZ, 1991, p.481), principalmente a lacuna do aparecimento e difusão de uma forma de morar, a favela. A questão proposta pelos autores abriu um caminho importante para a pesquisa sobre a origem histórica da favela na cidade do Rio de Janeiro, colocando essa questão como fundamental para pensar o processo de organização da cidade. Os autores buscaram traçar essa trajetória mesmo enfrentando a ausência de fontes oficiais produzidas sobre esse espaço, que só tiveram o seu reconhecimento *de facto* em 1984, onde o poder público passou a nomear o fenômeno dentro das discussões de políticas públicas<sup>20</sup>.

De forma parecida com a discussão proposta pelas produções da década de 1980, os autores exploram o cenário urbano dentro do contexto transicional da economia agrária e escravagista para uma economia capitalista, contexto no qual possibilitou um acréscimo significativo de habitantes na cidade. Nesse contexto, a crise habitacional também foi debatida como um

<sup>20</sup> Os autores ressaltam que o reconhecimento do poder público somente em 1984 apaga a trajetória desse espaço na trama urbana. Existindo desde aproximadamente 1881, segundo o rastreamento dos autores, a favela só passa a ser discutida enquanto um espaço habitacional pelo plano Agache (1926) e posteriormente, de maneira mais assídua, em 1984.

problema proveniente desta condição, onde a matemática é simples: muita gente e pouca moradia. Para complicar a equação, a reforma urbana agravou esse problema através da política remocionista de renovação do espaço.

A discussão da década de 1980 é recapitulada e criticada pela falta de uma abordagem que centralizasse o surgimento das favelas nessa dinâmica de crise de moradia e expulsão massiva da população mais pobre do centro da cidade. Para os autores, colocar o surgimento da favela como parte da discussão e da análise do contexto faz com que a complexidade das mudanças sociais do período em questão possam ser captadas de maneira mais ampla. E, como forma de captar essas mudanças, os aspectos sobre a ideologia do sanitarismo também foram abordadas com mais ênfase, principalmente por Vaz (1985).

Dentro desse contexto, os autores apontam a reforma Pereira Passos como acirrada do déficit habitacional, que já era uma preocupação dramática desde o império. Um outro ponto que os autores analisam como inexplorado pela produção da década de 1980 que tratava a Reforma, era a sua dimensão na atração de mão de obra, contribuindo para o cenário de crise habitacional. Os pontos propostos por (ABREU, 2003) são retomados na discussão focal sobre o surgimento das favelas: espaços adensados pela Reforma que, ao remover a classe pobre do centro, sem propor resoluções para o problema da moradia, ao contrário, dificultar a construção de habitações através das posturas municipais que regulamentavam a construção civil na cidade, condicionaram o surgimento das favelas, uma negação da tentativa de controle total do espaço pelo Estado. Para os autores, serão nas favelas que as classes pobres encontrarão as soluções habitacionais para as políticas proibitivas e remocionistas de Passos.

Nesse sentido, apesar de embriões da favela já existirem desde o Império pela ocupação dos morros centrais<sup>21</sup>, Vaz e Abreu (1991) apontam o surgimento da favela pela inviabilização da ocupação do solo urbano organizada durante a reforma Pereira Passos, motivadas por um discurso sanitarista que promoveu uma caçada aos pobres e suas habitações.

Em (1994), durante o seu doutoramento, a arquiteta Lilian Vaz publicou um artigo com resultados prévios da sua tese, dando continuidade a sua pesquisa sobre as mudanças nas formas de habitação a partir do advento da modernidade. A principal questão para a autora é como esse fenômeno contribuiu para as modificações na forma de viver e habitar o espaço no Rio de Janeiro, majoritariamente transformado em urbano pela transição da modernidade para a contemporaneidade, e todas as estruturas que se sucederam nessa transição. Seu principal argumento é de que as transformações do urbano ocorridas a partir de diferentes intervenções do poder público, refletiram nas transformações dos tipos de habitação. O pensamento ideológico do poder público sobre higiene, modernidade e progresso foram incorporados como credores

---

<sup>21</sup> A ocupação dos morros da Providência, Castelo e São Bento foram apresentados pelos autores através de fontes que demonstravam a autorização do exército para a ocupação desse território de soldados que retornavam de batalhas e vinham para a Capital Federal buscar suas recompensas

de legitimidade da construção civil, criando um padrão ético e estético inalcançável para uma maioria significativa da população.

De forma semelhante às conclusões das pesquisas sobre habitações populares realizadas durante a década anterior, Vaz (1994), aprofundando sua reflexão sobre o surgimento da favela, analisou a construção desse espaço dando foco ao discurso higienista como o estabelecedor de uma ordem de construção civil que passa a ser operacionalizada como o controle sobre as formas de habitar o espaço urbano. Com o olhar voltado para as formas de habitação, a arquiteta perseguiu como as ideologias sanitaristas auxiliavam a construção de um tipo de habitação ideal: limpa, ampla, ventilada, iluminada e, no caso dos operários, possível de realizar o controle sobre a população ali residente. Essa análise rendeu para Vaz em 1985 uma pesquisa de mestrado, na qual a pesquisadora também se dedicou a análise das diferentes formas de habitação no Rio de Janeiro, assim como a consolidação da ideologia sanitarista que organizou os processos de remoção das habitações populares na cidade a partir de uma investigação sobre a remoção do cortiço "cabeça de porco".

No ano de 1996, Sidney Chalhoub escreveu "Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial", resultado de uma pesquisa de fôlego que recolheu nos arquivos fontes que pudessem levar o autor até o momento no qual ele julgou ser o intercessor de uma política de saúde e higiene pública que perseguia os pobres da cidade. Através de duas epidemias - de cólera e febre amarela - ocorridas lá pelos anos 1850, o autor conseguiu identificar o surgimento de um órgão que se tornou o responsável por administrar as questões relacionadas à saúde e que logo acumulou a função de fiscalizar os pobres da urbe.

Houve como identificação inicial do órgão o problema de higiene. A junta de higiene via os cortiços como a localidade desse "mal". Essa e outras formas de habitação coletiva foram consideradas os verdadeiros males da cidade, responsáveis pelo alastramento das epidemias que enviuvavam centenas de pessoas que viviam no Rio de Janeiro. A atribuição dessas localidades enquanto problemas de saúde pública, foram identificadas por Chalhoub (1996) como um preconceito de classe forjado a partir da transição das atividades econômicas escravistas para a atividade baseada na mão de obra livre.

A pesquisa realizada por Chalhoub (1996) apresenta fortemente os traços da sua formação acadêmica. Tendo realizado o seu mestrado no departamento de pós-graduação em História Social da UFF, o autor retornou ao AGCRJ para realizar uma pesquisa documental na intenção de concluir a pesquisa de defesa da sua livre docência pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Realizada através da indagação do autor sobre o modo de gestão arbitrário contra os pobres moradores da cidade, principalmente às intervenções que envolviam o cotidiano dessa camada, o autor buscou construir o processo social que formulou uma alteridade entre pobres e ricos em sua vivência na cidade. Lançado posteriormente como livro, a pesquisa de Chalhoub (2018) marcou o autor como um dos maiores historiadores do período, que desde a defesa da sua dissertação realizada em 1985 pelo departamento de História da UFF, já havia aberto espaço.

O trabalho de Chalhoub (1996) trouxe como principal ponto analítico a reconstrução do "processo histórico de formação da aliança entre a ciência e o capital" (p.56]chalhoub2018cidade), onde o autor mobilizou autores como Vaz (1985) e Ribeiro (1991) para pensar o processo de consolidação do que ele analisa como um modelo de expansão da cidade (p.52]chalhoub2018cidade), assim como sugerido por Abreu (1987). Esse modelo de expansão da cidade, segundo o autor, só foi possível graças a vitória do higienismo na administração pública, onde Chalhoub (1996) investigou as origens dessa ideologia desde o período imperial, revelando como ela foi construída e idealizada, atingindo seu auge já no período republicano.

Segundo o autor, a formação da "higiene como ideologia" (p.35]chalhoub2018cidade) foi possível através da presença, entre os governantes do final do século XIX, da ideia de existência de um caminho rumo à civilização, que poderia ser alcançado desde que seus governantes colocassem a sociedade administrada por eles nesse caminho. O alcance da civilização, segundo esse enredo, passaria pela superação de problemas compreendidos como "atrasos" ao progresso imaginado, sendo a questão da higiene um dos itens desta lista. Desde o período imperial a questão da necessidade de resolução para o problema da saúde pública passava diretamente pela questão da higiene, entendida como escassa. Chalhoub (1996) demonstra que após uma série de epidemias ocorridas em meados do século XIX, foram criados órgãos responsáveis pela fiscalização sanitária da cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo passo, o autor aponta a descoberta dos cortiços pela administração municipal durante este período, por serem entendidos pelos agentes fiscalizadores como os principais atores na irradiação das doenças na cidade.

O autor demonstra como essa ordem de ideias inaugura um *modus operandis* da ação política, principalmente a partir do advento republicano em 1889, onde iniciará um processo histórico de submissão da política à técnica. Para o autor, é a partir da submissão da política justificada pela ideia de existência de um progresso, que a ciência técnica triunfou sob a forma da ideologia da higiene.

A tese defendida por Chalhoub (1996) marcou uma significativa reflexão para o campo da História Social Urbana. O autor, mobilizando uma bibliografia diversa, contemporânea ao momento no qual sua obra estava sendo escrita, além das fontes coletadas no AGCRJ, conseguiu estabelecer uma visão histórica do processo que, ao meu entender, representa um marco não só para a historiografia, mas também um marco na análise dos problemas sociais urbanos vivenciados no cotidiano do Rio de Janeiro, assim como um marco para análise da construção da cidade.

Para o autor, a gestão das diversidades urbanas, construídas desde meados do século XIX, é mediada por dois pontos: 1) a associação ilusória (fortemente construída) entre pobreza e perigo, que impera sobre o imaginário social; e 2) a "administração" da cidade através da ideologia tecnocrata, onde há uma crença de uma racionalidade existente nas desigualdades sociais urbanas, sendo possível a aplicação de políticas públicas "competentes" e "eficientes" para a resolução do problema. Essa forma de gestão das desigualdades urbanas gerou, para o autor, a consolidação da ciência como método de administração da cidade, onde a ideologia da higiene

possuía espaço privilegiado, principalmente com a chegada da República.

Esse modelo de gestão, segundo Chalhoub (1996), para vencer as batalhas que impediam sua ascensão, teve que enfrentar a rigorosa burocracia imperial, que impedia a consolidação dessa ideologia enquanto um saber-poder aplicável em sua totalidade. A sua consolidação enquanto ideologia totalitária foi atingida durante o governo do presidente Floriano Peixoto, já na República, onde o Marechal concedeu total poder para a ação do órgão chamado Inspetoria de Higiene, através do regulamento sanitário de 1890. À Inspetoria, cabia a função de fiscalizar, regulamentar e decretar o fechamento dos imóveis considerados insalubres. Através da Inspetoria, diversos sanitaristas puderam sistematizar um modelo de perseguição aos cortiços e habitações populares, promovendo um padrão de expulsão dos pobres do centro. Para Chalhoub (1996), o processo sistemático de perseguição ao local de moradia das classes pobres urbanas se intensificou a partir da República, constituindo-se como um quarto poder (CHALHOUB, 2018, p.50), onde as decisões baseadas na ciência da higiene eram raramente contestadas.

Para o autor, o saber-poder da ideologia da higiene possibilitou a criação de um padrão de expulsão dos pobres através de um respaldo técnico científico incontestável. Essa totalidade de poder fez unir sob a ideologia da higiene diferentes setores interessados na expansão e criação de novos bairros, principalmente dos empresários do transporte e da construção civil. Como exemplo, Chalhoub (1996) cita a presença de nomes como Carlos Sampaio e Vieira Souto na derrubada do cortiço Cabeça de Porco, autorizada pelo prefeito higienista Cândido Barata Ribeiro, em 1892. Esse padrão de expulsão dos pobres, mediado pela ideologia da higiene e interesses da burguesia empresarial, vai atingir seu auge na reforma Pereira Passos, onde o "bota-abixo" organizado pelo prefeito consolidou as intervenções arbitrárias do poder público no cotidiano dos habitantes da cidade.

Os diferentes trabalhos produzidos na década de 1990 nos mostram como os autores pensaram a reforma urbanística de Pereira Passos enquanto um evento que simbolizou o auge da ideologia higienista, onde o modelo de expansão da cidade através da mobilização de discursos em favor do saneamento baseados na ideologia excludente do higienismo como o padrão de ação. Com frentes investigativas diversas, o consenso elaborado pelos teóricos da década de 1990 nos mostram que a reforma Pereira Passos se consolidou nesse período enquanto um modelo de gestão que hostilizava os pobres de maneira radical, principalmente através da expulsão sistemática dessa classe do centro do Rio de Janeiro.

De maneira hegemônica, a década de 1990 consolidou uma versão de que a reforma Pereira Passos repartiu a cidade através da ideologia do higienismo. Há entre os autores uma preocupação de demonstrar como o saber científico, mobilizado por agentes da administração municipal desde a década de 1850, atingiu sua expressão máxima com o evento ocorrido entre 1902 e 1906, tornando-se um poder de ação. Para os autores, a cientificidade operacionalizada pela Reforma se identifica nas ações sistemáticas contra os cortiços. Essa literatura interpretou como uma vitória do capital imobiliário, do empresariado dos meios de transporte e dos ideólogos do higienismo na gestão da cidade.

### 3 DE 2000 PARA CÁ: O LUGAR DO NEGRO NA CIDADE REFORMADA

Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do lugar natural de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.

(GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.15)

As reflexões sobre a cidade do Rio de Janeiro a partir dos anos 2000 tomaram uma nova tônica. Apesar de não ser exclusivamente abordado por autores desse período, as questões raciais presentes na construção da cidade parecem ter ganhado expressividade nos últimos vinte anos, influenciados, ao meu ver, por uma gama de eventos ocorridos na história recente da cidade que trouxeram para o centro das discussões a herança do passado escravista e colonial e sua interferência na construção da cidade.

Apesar de autores como Chalhoub (1985), que desde a década de 1980 vem pensando a reforma Pereira Passos juntamente com as questões raciais envolvidas nesse processo, essa temática não era abordada de maneira expressiva, sendo ignorada por autores clássicos dos estudos sobre esse episódio de reforma urbana. A década de 1980 consagrou títulos clássicos sobre a reforma Pereira Passos, sendo a marca de análise desse período as relações entre o capital imobiliário e o Estado nas políticas voltadas para as questões habitacionais. Mesmo sendo abordada a transição do período escravista para a consolidação do capitalismo, as análises produzidas na década de 1980 não aprofundaram as questões raciais envolvidas no processo da urbanização de Pereira Passos.

A década de 1990 pôde ser observada a partir da tentativa dos autores em resgatar uma ideologia presente durante o processo da reforma. O sanitarismo esteve como linha de frente nas discussões produzidas durante a década de 1990, onde a narrativa sobre a produção do espaço realizada pela reforma Pereira Passos teve como carro chefe a segregação imposta pelo sanitarismo, repartindo a cidade em duas: a cidade dos limpos e a cidade dos considerados infectuosos. Nesse ínterim, também pude observar a rarefação das produções que discutiam, no âmbito da reforma, as questões raciais presentes. Mais uma vez Chalhoub (2018), ao perseguir o surgimento da ideologia higienista ainda no período imperial, trouxe reflexões voltadas para o efeito da ideologia sanitarista contra os mais pobres e pretos.

Nesse capítulo irei analisar como o quadro de produções sobre a reforma Pereira Passos

a partir do ano 2000 passou a simbolizar uma investida na questão racial, perseguindo os caminhos que podem nos ajudar a compreender essa inflexão temática. Além de tentar compreender as motivações da virada racial, analisarei como os intérpretes da reforma Pereira Passos a partir dos anos 2000 vem contribuindo para a construção narrativa da reforma Pereira Passos como um mito de origem da cidade partida, baseado nas questões raciais que envolveram o processo e que culminaram na intensa desigualdade racial percebida no espaço urbano carioca.

Acredito que a onda de renovação temática em grande medida esteve atrelada à duas descobertas essenciais, realizadas entre o final da década de 1990 e a primeira década dos anos 2000, que revelam a memória e apagamento de um dos traços mais marcantes do nosso passado: a escravidão. Me parece que a redescoberta do cemitério dos Pretos Novos, a escavação das ruínas soterradas do Cais do Valongo no contexto das obras do Porto Maravilha junto as políticas de segurança pública de pacificação das favelas através das Unidades de Polícia Pacificadora, e elaboradas no contexto dos Megaeventos (CAVALCANTI, 2013) foram essenciais para a virada racial das interpretações sobre a reforma Pereira Passos, que buscariam, a partir de então, pensar o "lugar do negro" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982) na cidade reformada, buscando na reforma Pereira Passos as origens dessa desigualdade racial urbana.

### **3.1 Entre portos, ossos, museus e mega eventos: Desenterrando as memórias subterrâneas da cidade negra**

Em janeiro de 1996, na região, central do Rio de Janeiro, o casal Ana Maria Mercedes e Petrúcio Guimarães iniciavam as obras de renovação do casarão que haviam adquirido no bairro da Gamboa, região situada próxima ao porto e conhecida atualmente como pequena África. As obras corriam bem, a casa recém adquirida iria servir de moradia para o casal caso não fosse encontrados ali, na Rua Pedro Ernesto nº36, a localização perdida do Cemitério dos Pretos Novos. Segundo Pereira (2008, p.21),

"[...] foi o espanto dos trabalhadores quando, de súbito, perceberam que algo mais do que o chão era quebrado, posto que ossos se misturavam à terra revolvida cada vez que uma pá fendia o solo. Depois de muitas conjecturas sobre o que pudesse ser aquilo, o órgão competente da prefeitura foi acionado. Foi então que chegaram à conclusão sobre o motivo de várias ossadas terem sido descobertas naquele local: aquele era o cemitério dos "Pretos Novos" do qual se havia perdido a localização há muito tempo. Tratava-se do único cemitério de escravos recém chegados ao porto do Rio de Janeiro que fora mencionado pelos viajantes do século XIX como um local onde se praticavam sepultamentos precários. Assim, o cemitério dos Pretos Novos se nos apresenta como um testemunho histórico da forma pela qual os escravos que morriam nos barracões fétidos do Valongo, onde se situava o maior mercado de escravos durante os séculos XVII a XIX, no Rio, eram sepultados na América portuguesa".

A descoberta da localização perdida do cemitério dos Pretos Novos reacendeu as discussões sobre a memória da escravidão e a presença dos africanos na história da cidade. A pouca profundidade que foram encontrados os fósseis dos africanos que morreram durante o trajeto



ou durante a quarentena na qual eram submetidos, revelavam uma característica histórica do tratamento dado aos africanos trazidos para o Brasil para serem escravizados.

Enterrados "à flor da terra", os mortos eram lançados em covas rasas, sem alguma cerimônia fúnebre, em uma sociedade escravista na qual morreram antes de serem comprados por um "dono", representavam o patamar mais baixo da hierarquia social (PEREIRA, 2008, p.21). Outra questão importante para pensarmos a descoberta do cemitério só em 1996, é o tratamento dado à memória da escravidão em uma cidade marcada pelo intenso fluxo de escravizados que aportavam no Rio de Janeiro. Em um levantamento realizado por Fragoso e Florentino (2001), os autores conseguiram uma estimativa do número de escravos que entraram no porto do Rio de Janeiro entre os séculos XVII e XIX, que chegavam a somar mais de 790.000 registros.

A redescoberta do cemitério revelou a outra face do processo, a do esquecimento. Rodeado de casas, em uma região que ao longo do tempo se tornou residencial e comercial, o cemitério dos Pretos Novos durante anos foi apagado da história da cidade, assim como a história da escravidão. A região portuária, região onde foi descoberto o cemitério dos Pretos Novos, possui uma intensa ligação ao passado escravagista, sendo uma região que concentrava uma série de infraestruturas voltadas para a importação de mão de obra escrava Cavalcanti (2016, p.45). Porém, o esquecimento pode ser associado à tentativa histórica de apagar as memórias do passado escravocrata do Rio de Janeiro. Durante o seu funcionamento, ao contrário, o cemitério dos Pretos Novos era constantemente lembrado pelos habitantes da região portuária, que reivindicavam soluções do poder público para acabar com os problemas causados pelo cemitério, como o mau cheiro deixado por ele, por exemplo.

Segundo Pereira (2008), as reclamações chegaram a ser julgadas em processos criminais que eram movidos contra às más condições de funcionamento do cemitério, onde os corpos enterrados de qualquer maneira geravam incômodos aos vizinhos da região. Sem uma solução do poder público, as reclamações só cessaram quando, em 1830, as atividades do cemitério dos Pretos Novos foram encerradas. Ao fim do cemitério, Pereira (2008) atribui as pressões da lei Feijó (1831) que visava por fim no tráfico negreiro por pressões realizadas pela Inglaterra ao governo brasileiro, que diminuíram drasticamente o número de africanos que chegavam nos portos cariocas.

Do seu fim até a sua redescoberta em 1996, passaram-se cento e sessenta e seis anos. Como forma de preservar essa memória esquecida durante um longo período, o casal dono do casarão da Rua Pedro Ernesto, localizada no bairro da Gamboa, decidiu criar um espaço voltado para a preservação da memória dos Pretos Novos. Enfrentando um silenciamento inicial por parte do poder público, o casal abriu as portas da sua casa e fizeram um memorial improvisado, disponibilizando a sua sala de estar para a recepção de pessoas interessadas na descoberta macabra realizada naquele espaço.

Em 2001, somente cinco anos após a descoberta das ossadas de escravizados, veio a primeira resposta da prefeitura do Rio de Janeiro, através da figura do diretor do Arquivo da cidade, Antônio Carlos Austragésilo de Atayde que "fez uma grande festa na rua, e um trabalho grande

de divulgação na mídia do Cemitério dos Pretos Novos Instituto Pretos Novos"(CAVALCANTI, 2016, p.86). Apesar de se tratar de uma valiosa descoberta, o desinteresse público se estendeu por anos a fio, resultando na dificuldade enfrentada pelo casal em preservar o sítio arqueológico descoberto após o início das obras de reforma do local que até então serviria de moradia da família.

Segundo Cavalcanti (2016), o Instituto Pretos Novos só pôde ser criado e mantido através das ações voluntárias realizadas por pessoas e ativistas ligados às questões da afrodescendência no Rio de Janeiro, sendo majoritariamente pessoas negras envolvidas nesse processo de institucionalização. Em 13 de maio de 2005, data que relembra a abolição da escravidão ocorrida no ano de 1888, o IPN<sup>22</sup> surgiu como espaço delegado à preservação da memória da escravidão na cidade do Rio de Janeiro. Desde a sua criação, vem enfrentando dificuldades de manter o seu funcionamento, chegando a fechar momentaneamente suas portas em 2014 por falta de verbas destinadas à preservação e manutenção do instituto. Mesmo com idas e vindas, desenrolos diversos, o instituto se mantém como um importante espaço de memória da escravidão no Brasil. Cavalcanti (2016, p.99) nos lembra que:

A trajetória que perpassa o achado do cemitério dos Pretos Novos e a criação do Instituto até hoje, assim como a trajetória do cais do Valongo, ambos como lugares de memória, nos evidencia como o passado nos revela o presente, ou seja, como as tentativas de apagamento se transformam mas não cessam. Tanto o cais como o cemitério revelam memórias traumáticas, cujo poder comunicativo é potencialmente devastador.

Outro evento recente na história urbana do Rio de Janeiro pode ter contribuído para a virada racial dos anos 2000 na interpretação da reforma urbana de Pereira Passos. Acredito que as reformas da região portuária do Rio de Janeiro, iniciadas em 2011 pelo projeto Porto Maravilha, juntamente com a descoberta do cemitério dos Pretos Novos em 1996, estimularam a produção voltada para a reflexão da herança da escravidão nas reformas urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. Principalmente pois, durante a execução das obras do Porto Maravilha, houve a escavação do sítio arqueológico do antigo Cais do Valongo, principal porto de chegada dos africanos no Rio de Janeiro que foram trazidos ao longo de dois séculos para serem escravizados.

O cais do Valongo, que foi pintado durante o século XIX pelo artista alemão Johann Moritz Rugendas (1835), foi um importante ponto de desembarque da cidade do Rio de Janeiro. Durante o seu funcionamento, chegaram ao Brasil através deste cais 40% do total de pessoas traficadas mundialmente durante a colonização das Américas (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001), correspondendo, em números inteiros, cerca de um milhão de africanos trazidos para servir de mão de obra escrava. A intensidade da movimentação de escravizados pelo cais

---

<sup>22</sup> Para mais: <https://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4099-em-memoria-dos-pretos-novos>. Acesso em 4 de agosto de 2022.

**Figura 3 - Escavações realizadas durante o processo de descoberta do cemitério dos Pretos Novos em 1996.**



Fonte: Instituto Pretos Novos, 5 jul. 2017.

**Figura 4 - Memorial do Instituto Pretos Novos**



Fonte: Instituto Pretos Novos, 5 jul. 2017.

do Valongo só foi reduzida quando, em 1831, houve a assinatura da lei Feijó, reduzindo o número de escravizados importados do continente africano por conta da pressão inglesa pelo fim da escravidão.

Com a redução do fluxo de escravizados, em 1843, o cais passou por uma obra de aterramento para o desembarque da Princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina, que viria ser a esposa de D. Pedro II e a Imperatriz do Brasil. Chamado a partir de então de Cais da Imperatriz, o porto de desembarque do maior mercado de africanos do país, situado no bairro da Gamboa na cidade do Rio de Janeiro, passou por aterramentos que jogaram a sua história, literalmente, para debaixo da terra. Em 1911, por conta da realização de obras urbanísticas na região portuária, o cais sofreu mais um aterramento. Junto da terra, o esquecimento do seu papel fundamental de recepção dos mais de um milhão de escravizados que por ali haviam pisado a primeira vez no Brasil, que seguiriam para diferentes destinos dentro e fora do Rio de Janeiro, para atuar em diversas áreas centrais da economia colonial. O aterramento do cais realizado em 1911 durou cem anos, sendo escavado novamente apenas em 2011 pela realização das obras de revitalização da zona portuária do Rio, promovidas durante a primeira gestão do prefeito Eduardo Paes.

As obras do projeto Porto Maravilha devem ser compreendidas, segundo Cavalcanti (2016), desde as discussões realizadas ao fim da década de 1980 pelo projeto de arquitetura e revitalização SAGAS, que deu origem ao projeto Porto do Rio, com o encaminhamento da iniciativa de revitalização da zona portuária da cidade que, após anos de propostas e ponderações, foi finalizado pelo Instituto Pereira Passos e anunciado no governo de César Maia em 2001 (CAVALCANTI, 2016, p.60). Ainda segundo a autora, as obras do projeto Porto Rio (posteriormente Porto Maravilha), devem ser entendidas em um contexto global de discussões sobre a nova produção do espaço, ligada às ideias de revitalização e renovação de espaços considerados obsoletos, promovidas a partir de iniciativas conjuntas com empresas privadas, conhecidas como PPP (Parcerias público-privadas). Estas transformações foram realizadas a partir de diferentes focos de interesse, resumidos por Cavalcanti (2016, p.7):

[...]As transformações urbanas empreendidas na área e protagonizadas pelo Plano Porto do Rio - reformulado como “Porto Maravilha” - estas tendo como foco importante empreendimentos culturais, especialmente a construção de dois museus, o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio – assim como ações de patrimonialização, e a criação de outros espaços culturais diversos.

Mesmo tendo como um dos eixos importantes na realização das obras a construção de uma área cultural e diversos melhoramentos da região, as obras do projeto Porto Maravilha foram marcadas por tensões travadas entre o poder público (e suas múltiplas parcerias com empresas privadas) e os moradores da região portuária, que temiam que o avanço das obras pudesse acarretar na expulsão sistemática da população ali estabelecida. Quer seja a infeliz ironia do destino, ou um método adquirido através de um padrão aprendido na história da urbanização carioca, a mesma população que lutava em 2011 pelo direito de continuar habitando o seu bairro, são, direta ou indiretamente, herdeiros daquela população que cem anos antes se fixava nesse território e construía um importante foco de resistência e centralidade da cultura popular

afro-brasileira contra as obras de modernização encabeçadas pelo prefeito Pereira Passos e o presidente Rodrigues Alves durante a virada do século XIX para o XX.

De forma a não me estender (apesar de tentador), mas sim pontuar, as reformas urbanísticas organizadas pelo projeto Porto Maravilha vem sendo discutidas de forma crítica por autores como Faulhaber e Azevedo (2015), Guimarães (2014), Gonçalves (2013), Sánchez et al. (2020) e Cavalcanti (2013) que buscam analisar os efeitos das reformas sobre a cultura e os moradores das regiões afetadas pelas obras, a inflexão proporcionada pelos mega eventos que tiveram a cidade do Rio de Janeiro como sede e o papel da cidade na inserção de políticas urbanas de padrão global através da junção de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, além dos impactos sociais promovidos pelas políticas de segurança promovidas dentro desse contexto. O que importa para esta pesquisa, no entanto, gira em torno da influência que esse cenário de obras exerceram na reinterpretação da reforma Pereira Passos a partir de lentes que buscaram investigar as questões raciais envolvidas no processo.

O Rio de Janeiro preparava-se para sediar eventos mundialmente importantes, sendo exemplos a Copa do Mundo de futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão em 2016. A primeira e a metade da segunda década do Rio de Janeiro dos anos 2000 pareceu girar no intuito de organizar a cidade para a recepção desses eventos esportivos, com políticas públicas diversas sendo executadas. De maior destaque, as políticas públicas voltadas para a segurança pública e as políticas públicas urbanas tiveram a maior movimentação neste período. Segundo Cavalcanti (2016, p.64):

É importante ressaltar que o projeto Porto Maravilha alinha-se com outras políticas públicas implantadas pelos governos estadual e municipal, já que está num contexto de reestruturação da cidade em função dos megaeventos como Pan Americano, Copa do Mundo, Olimpíadas etc.[...] Entre essas políticas se destacou a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), que vem sendo implantada desde fins de 2008 em favelas/comunidades do Rio, especialmente da região centro-sul e parte da zona norte, e se caracteriza pela ocupação e controle do território pela polícia militar do estado através da instalação de uma unidade.

A preparação da cidade do Rio de Janeiro para os chamados mega eventos exigiu do poder público a resolução de alguns problemas. Como lembra Menezes (2015, p.42), no início dos anos 2000 a questão da segurança pública na cidade parecia ser um problema sem solução. O cenário era de um "ciclo vicioso" de violências causadas pela política de segurança baseada no confronto, que vinha se apresentando como estratégia encontrada pelo estado do Rio de Janeiro como a solução do problema. Márcia Leite (2000), ao refletir sobre as dinâmicas da violência e a percepção dos moradores no Rio de Janeiro dos anos 90, lido como inseguro, utilizou como frente de diálogo a mobilização que a mídia utilizou para dar ênfase à narrativa que a cidade carioca estava em guerra, em uma divisão clara entre os moradores das favelas e periferias contra os moradores do "asfalto". A conjunção do enquadramento da mídia juntamente com a percepção de parte do segmento populacional do Rio de Janeiro possibilitou o que a autora chamou de "metáfora da guerra", uma virada significativa na interpretação dos problemas da cidade, visto que esta organizou diferentes políticas militarizadas como forma de gerir a situação.

Como resposta à essa problemática, em um contexto onde o Rio de Janeiro iria sediar grandes eventos que certamente atrairiam muitos turistas, idealizou-se um projeto de segurança pública com o foco voltado para a "pacificação" dos territórios considerados "problemas" da área urbana. Não apenas lidas como um "problema" para a percepção da segurança na cidade, mas também um "problema estético", as favelas foram o foco de políticas públicas que buscaram dar cabo nesta dor de cabeça. Como analisa Cavalcanti (2013, p.196), a construção político-discursiva e imaginária de uma cidade apta a sediar megaeventos globais encarou como maior obstáculo o "problema da favela", considerado um obstáculo a ser enfrentado. A partir desta visão do planejamento estratégico para a recepção dos megaeventos, o "problema da favela" buscou ser solucionado através de uma justaposição de políticas de urbanização (como o PAC-Favelas) com uma política de "pacificação" desses territórios através de uma nova estratégia policial que consistia na ocupação longeva do território pelas chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

A implementação e a ação destas políticas destinadas à solucionar os "problemas causados pela favela" para o restante da cidade demonstrou, na visão de muitos sociólogos, um racha existente no Rio de Janeiro. Segundo Silva (2010b, p.2) "as UPPs contém, na prática, uma dimensão de reforço à secular dualização da cidade", como a ideia que deu origem ao título do famoso livro de Ventura (1994), principalmente por conta da sua presença desigual no território da cidade, sendo a sua massiva presença nos territórios de pobreza. Para o autor, essa característica demonstra um padrão histórico de manutenção da ordem pública, ativo pelo controle das "classes perigosas", sempre realizado através da violência. Segundo Cavalcanti (2013), as políticas voltadas à resolução do "problema da favela" no contexto dos megaeventos revelam uma "justaposição que caracteriza o processo histórico de consolidação das favelas cariocas", que misturam políticas e polícias urbanas.

Me parece que todo o debate sobre a pacificação das favelas, assim como o *modus operandi* das UPPs, que reforçavam a ideia de repartição da cidade, parecem ter colaborado para o retorno da análise da reforma Pereira Passos como central nesse processo histórico de repartição. Na realidade, o correr dos anos 2000 e a atmosfera de transformações presenciadas na cidade do Rio foram frutíferos para traçar comparações, aproximações, diferenças e particularidades em relação à reforma Pereira Passos.

No meio dessa intensividade de acontecimentos na cidade do Rio de Janeiro, entre mega eventos, redescobertas de áreas históricas ligadas ao passado escravista e políticas públicas de segurança voltadas para a pacificação das favelas, as discussões sobre a reforma Pereira Passos voltaram ao mapa da produção. Com um recorte racial mais bem elaborado, os autores que analisaram a reforma Pereira Passos ao longo dos anos 2000 conjecturaram o papel da reforma urbana como crucial para a compreensão das diferenças raciais e sociais da ocupação do Rio de Janeiro.

As aproximações que tentei fazer entre os acontecimentos recentes na história da cidade e a virada racial da interpretação do evento da reforma Pereira Passos, ao lembrarmos das

declarações do prefeito Eduardo Paes dizendo-se ser o novo Pereira Passos<sup>23</sup>, citadas na introdução desta pesquisa, mostram a tentativa de aproximação desses dois universos pertencentes ao mesmo espaço. Não sei com qual intencionalidade, mas a declaração feita por Eduardo Paes confirma por exemplo, algumas aproximações entre os dois casos. Ao fim da reforma Pereira Passos, vinte mil habitantes foram expulsos de suas residências Rocha e Carvalho (1995, p.45). Durante as reformas do projeto Porto Maravilha, foram contabilizadas a realocação de 67.000 pessoas para outras áreas da cidade Cavalcanti (2016, p.65).

Surfando na mesma onda de comparações entre as duas reformas urbanas, Diniz (2012) escreveu um artigo relacionando as reformas urbanas de Pereira Passos com as reformas urbanas do projeto Porto Maravilha. O autor compara os dois momentos históricos de transformação urbana da zona portuária do Rio de Janeiro alegando que há, em ambos os casos, uma continuidade da estrutura colonial sobre o entendimento e sobre as necessidades das reformulações urbanas impostas. Para isto, ele reflete como a teoria pós-colonial pode ser importante para uma reinterpretação, inclusive, da retórica utilizada pela bibliografia especializada para analisar as reformas urbanas ocorridas na transição do século XIX para o XX. O autor traça uma crítica onde ele busca pensar o Rio de Janeiro a partir do seu lugar no mundo, localizando os fatos históricos e geográficos frutos da colonização iniciada no século XVI, e como as continuidades dessa colonização operam de maneira contínua, relegando ao país colonizado uma estrutura proveniente da dominação física e imaterial.

Para Diniz (2012), durante a reforma Pereira Passos houve uma realocação de projetos, elaborados na tentativa de superar o passado colonial e o modelo de produção escravista. A função primordial da Reforma seria legar uma nova função da zona portuária: A função de atrair capital internacional e receber imigrantes europeus para serem cooptados pelo modelo produtivo assalariado. Essa reforma tinha como modelo a cidade de Paris, por tanto colonizado e eurocêntrico, fruto da colonização dos saberes que o Brasil sofreu durante os anos de domínio econômico, cultural e político.

De forma semelhante, mesmo com diferenças nítidas provenientes de dois momentos históricos distintos, o autor analisa a revitalização do porto pelo projeto Porto Maravilha, fruto do contexto global no qual Cavalcanti (2016) também destacou. O autor atribui o sentido dessa reforma ao novo momento do Brasil frente à economia mundial financeirizada, onde políticas públicas adquirem o caráter de formar parcerias com instituições privadas para a realização das obras. Segundo o autor, a colonialidade que envolve as obras do século XXI estão relacionadas à globalização neoliberal, onde a colonialidade também se torna presente nas noções embasadas pelo projeto, importando modelos provenientes do exterior para a revitalização da zona portuária carioca.

---

<sup>23</sup> Para mais: <https://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tenta-vincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676>. Acesso em 12 de setembro de 2022.



Fonte: Itaú Cultural, 4 fev. 2021.

As discussões que apresentaram uma tentativa de resgate sobre o contexto racial no fazer da cidade, principalmente dos aspectos segregatícios da reforma urbana ocorrida durante a gestão do prefeito Pereira Passos, tiveram um avanço considerável a partir dos anos 2000, sendo este o padrão da produção científica do período identificado por esta pesquisa.

Acredito que as questões expostas acima como as descobertas de sítios arqueológicos que centralizavam o papel da escravidão na estrutura urbana, ou as políticas de segurança pública voltadas para as favelas, tiveram um papel essencial no que eu chamo de virada racial na produção sobre a reforma Pereira Passos. Alguns exemplos dessa onda de renovação temática são as pesquisas de Rodrigues (2020, Silva (2019, Silva (2018) e Khoeler (2018). Essas produções possuem como característica central as discussões sobre a reforma urbana e as relações raciais enfrentadas durante o processo, principalmente relacionando a presença marcante dos negros libertos na cidade do Rio de Janeiro e a segregação sistemática imposta pela reforma Pereira Passos à esse contingente populacional.

Discutirei, na próxima seção, como a produção sobre a reforma Pereira Passos a partir dos anos 2000 atribuiu ao evento da Reforma um sentido de repartição racial da cidade, contribuindo para a minha hipótese de que este evento Sahllins (2008) foi interpretado ao longo das décadas como um mito de origem da cidade partida, na qual a literatura a partir dos anos 2000 contribuiu na construção desse mito a partir da interpretação da reforma através das discussões de raça e cidade.



**Figura 6 - escavações das ruínas do Cais do Valongo realizadas pelas obras do projeto Porto Maravilha, iniciadas em 2011.**



Fonte: Diário do Rio, 20 nov. 2019.

### **3.2 *Apartheid* na América do Sul? Raça e cidade na reforma Pereira Passos**

[...] Aos interesses da imigração, dos quais dependem em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade do saneamento desta capital, trabalho sem dúvida difícil porque se filia a um conjunto de providências, a maior parte das quais de execução dispendiosa e demorada. É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais séria e constante preocupação, aproveitando-se de todos os elementos de que puderem dispor para que se inicie e caminhe. A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nessa parte do mundo. Os serviços de melhoramento do porto desta cidade devem ser considerados como elementos da maior ponderação para esse empreendimento grandioso (Alves, Francisco de Paula Rodrigues, 1902, p.12)

O trecho acima foi retirado do discurso inaugural de Rodrigues Alves quando este tomou posse no cargo de Presidente do Brasil no ano de 1902, exercendo seu mandato até 1906. As ideias dispostas em seu discurso, principalmente relacionando a execução de uma reforma da região portuária para atender os objetivos de uma política de importação de mão de obra estrangeira, foi um importante ponto de apoio para a análise dos pesquisadores a partir do ano 2000 sobre a reforma urbana organizada pelo prefeito Pereira Passos a partir de uma crítica racial do processo.

O Rio de Janeiro da transição do século XIX ocupava um lugar privilegiado na economia nacional, porto de entrada de mercadorias e de escoação dos produtos a serem exportados. A economia brasileira do período era baseada na exportação de produtos agrários, principalmente do café. Desde 13 de maio de 1888 a produção era realizada com mão-de-obra paga. Portanto,

como diz Rodrigues Alves em seu discurso de posse, atrair o imigrante para trabalhar nas atividades remuneradas era também um dos pontos da reforma. Sobre as políticas de imigração, Vainer e Azevedo (1984) nos mostram que:

Escolher o elemento nacional ou o imigrante estrangeiro, afinal de contas, não representam senão duas maneiras de atualizar a mesma questão embutida na premissa: como e com quem se deve compor a nacionalidade? Esta é a pergunta que indica e baliza o campo da política imigratória e enfrentada pelo Estado - e pelas elites de modo geral - durante quase toda primeira metade do século XX. É a partir desta matriz que a imigração vai ser atacada ou defendida. Assim como é a partir dela que vão ser equacionadas as práticas de recrutamento, seleção e localização. Deve-se favorecer a imigração ou o elemento nacional? Dentre os imigrantes possíveis, quais os que deve receber, quais os que se deve rechaçar? A política migratória, enquanto elaboração e enfrentamento da questão racial, coloca o Estado, pois, no centro de um verdadeiro processo de etnogênese - construção de um povo -, que envolve, de um lado a construção do modelo ideal e, de outro, a definição e o aperfeiçoamento de meios e técnicas que permitam viabilizar o modelo. (VAINER; AZEVEDO, 1984, p.16)

O processo de seleção de imigrantes descrito acima, durante a transição do século XX, é um elemento chave para a análise das questões raciais envolvidas no período e nas questões que irão se desdobrar no processo de reformas urbanas. É importante destacar o papel do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o século XX nas mudanças da sociedade brasileira. Sendo a capital do Brasil durante esse período, a cidade do Rio era estrategicamente fundamental para a economia e política do país. Porém, com o advento da república, proclamada no dia 15 de novembro de 1889, o seu papel de capital a passa a ser discutido, principalmente por conta da má fama vinculada à cidade.

A fama do Rio era detestável, conhecida como a “capital da morte”, possuía uma arquitetura pitoresca, formada por becos e vielas que faziam do centro urbano carioca um lugar escuro e de larga proliferação de epidemias mortíferas. Aniquilar essa imagem era essencial, visto que a cidade era o cartão postal de veiculação da imagem do Brasil no exterior, a porta de boas-vindas. A missão de acabar com essa imagem negativa do Rio de Janeiro ficou ao encargo de Rodrigues Alves, anunciando no seu discurso de posse citado acima, as intenções de reformar o Rio de Janeiro. Elegendo como prefeito da cidade Francisco Pereira Passos, juntos, realizaram uma reforma de magnitude inédita na história urbana carioca.

A reforma foi pensada para exercer um papel de ruptura de um recente passado colonial escravista, onde os elementos arcaicos estavam presentes na estrutura organizacional do espaço carioca, como também na sua estrutura arquitetônica e política. A literatura especializada sobre a reforma Pereira Passos elaborada nas décadas de 1980 e 1990, discutidas, respectivamente, no segundo e no terceiro capítulo dessa dissertação, analisaram a atuação da reforma e o seu planejamento executivo, pensando nas classes e interesses em voga durante o processo. Não acho necessário aqui, retomar esses pontos, vistos que foram expostos nos capítulos anteriores. Porém, vejo a necessidade de pontuar que as questões e hipóteses levantadas durante as décadas de 1980 e 1990 foram a base das discussões realizadas pelas obras surgidas a partir da década de

2000, sendo notável o aprofundamento dos impactos causados pela Reforma contra a população negra.

Nesse sentido, os problemas causados pela lei de 13 de maio de 1888 na trajetória decadente da cidade-capital, foram o ponto de análise mais recorrente dessa literatura. Com a introdução do trabalho livre disseminada no campo e nas cidades, as mudanças no modo de relação trabalhista influenciaram a vinda de imigrantes europeus, buscando nos trópicos melhores condições do que aquelas existentes nos seus países. Recebeu, então, na cidade, correntes migratórias vindas das áreas decadentes de produção cafeeira, buscando oportunidades na nova sociedade organizada pela relação de trabalho assalariado. O inchaço urbano provocado pela decadência do regime escravocrata e pelas correntes emigratórias possibilitou acontecimentos fundamentais. O contingente populacional ex-escravo se viu abandonado ao próprio infortúnio, tendo como agravante em seu histórico curricular anos de trabalho braçal não qualificado.

A inserção do negro na nova sociedade de classes foi incongruente, visto que esses disputavam cargos com imigrantes europeus - desejáveis nas melhores ocupações remuneradas-. O negro, como observa Fernandes (2021, p.165), foi marginalizado mais uma vez, sendo lesado de ascender socialmente na estrutura de classes que se constituía no país. Sem muitas oportunidades de ser empregado, muitos recorriam aos trabalhos informais como fonte de remuneração e sobrevivência. Não podendo pagar pelos preços exorbitantes dos aluguéis, habitavam casas improvisadas, casas de cômodo e cortiços que tomavam o centro do Rio de Janeiro, os locais mais afetados pelas remoções realizadas durante a reforma Pereira Passos.

Em 2009 Rômulo Mattos escreveu um artigo pensando os impactos das reformas urbanas sobre a população pobre expulsa das habitações atingidas pelas picaretas de Pereira Passos. Recuperando a ideia de "Classes Perigosas" desenvolvida por Sidney Chalhoub (1996), Mattos (2009) analisou como essa estigmatização do indivíduo se estendeu também para os territórios nos quais os pobres urbanos se destinaram pós as derrubadas massivas dos cortiços e habitações populares. Analisando os jornais do período das reformas urbanas de Pereira Passos, o autor identificou como os pobres e negros eram representados pelo universo midiático. Tratados como perigosos, sujos, vagabundos e desordeiros, eram majoritariamente protagonistas das crônicas policiais sensacionalistas, contribuindo para a construção de um suposto mundo do crime embutido no mundo da pobreza, agora territorialmente localizado: nas favelas.

O artigo de Mattos (2009) foi importante para analisar como as mudanças executadas pelo prefeito Pereira Passos foram cruciais na contribuição da segregação social e racial dentro do espaço urbano carioca. Ao refletir sobre o espaço destinado às classes desabrigadas dos centros, o autor passou a questionar não apenas como, mas quem era esse contingente populacional que foi marginalizado e qual o seu papel na sociedade inaugurada pelas mudanças político-econômicas.

Segundo Mattos (2009, p.163),

No período das reformas urbanas, enquanto o Rio de Janeiro se modernizava, as favelas iam consolidando a sua condição de territórios das "classes perigosas" na grande imprensa. Desde o início do século XX, pelo menos, as favelas

eram associadas às imagens de perigo nos jornais cariocas. Em 1902, por exemplo, o Morro da Favela havia sido definido pelo Correio da Manhã como “o perigoso sítio [...] bem conhecido nos anais da polícia”, cuja população seria composta por “celerados”, “malfeitores”, “perversos” e até um “Sátiro Sanguinário”. Porém, nos anos finais dos governos de Rodrigues Alves e Pereira Passos, devido ao seu grande crescimento no cenário urbano, as favelas passaram a ser a principal representação de moradia popular da cidade. Assim, começaram a ocupar o posto que desde meados do século XIX pertencia aos cortiços nos periódicos da capital, embora a população dessa última forma habitacional fosse maior do que a dos morros favelizados.

Ainda segundo o autor, essa estigmatização da favela se deu por meio de questões relacionadas à abolição da escravidão, sendo este fato um fator primordial no entendimento social do ex-escravizado como um elemento perigoso. Principalmente em um contexto onde estes territórios estavam se adensando populacionalmente pelo contingente mais pobre e mais preto da capital, entendidos como "classes perigosas".

Outra questão importante na construção do surgimento do termo “classes perigosas” e sua aplicação na sociedade brasileira, é o contexto histórico em que ele surge. As discussões sobre o combate à ociosidade aconteceram no ano de 1888, nos meses sucessores ao advento da lei Áurea. O combate à ociosidade atrelava-se com a libertação dos negros, confundindo-se e reforçando-se mutuamente. O discurso sobre uma legislação contra a ociosidade era um discurso combativo aos negros recém libertos. A grande preocupação era como anexar o negro ao mundo do trabalho livre sem as ações características de dominação que sucediam nos cati-veiros, onde o sujeito produtor estava estreitamente vinculado ao meio de produção por meio da utilização da força coercitiva. Além da preocupação de como, em meio as novas condições sociais do trabalho, seria possível os recém-libertos continuarem a produzir para acumulação de riqueza dos seus ex-senhores.

Moura (2020) analisa esse processo como uma a "barragem sistemática" imposta pela classe dominante à população negra. Segundo o autor, as restrições impostas à esse contingente populacional fazem parte do que ele chama de estrutura condicionante. Essa estrutura é fruto de uma sociedade colonial escravista que, na sua transição para a república, marginalizou o negro através de políticas, ideologias e teorias racialistas. O negro era interpretado como um elemento dotado de estigmas negativos, vistos como ociosos, perigosos e incapazes de se tornarem civilizados. Em suma, eram vistos como bárbaros numa espécie de atraso cronológico e civilizatório em relação aos brancos.

Outra pesquisa refletindo o espaço destinado aos negros no pós abolição, principalmente após o processo de reformulação urbana durante a gestão de Pereira Passos, é a realizada por Andreilino Campos em 2005. Pesquisa realizada durante a sua dissertação em Geografia pela UFRJ, o autor analisou a relação do negro (livre ou escravizado) com a cidade e a apropriação dos espaços urbanos por diferentes segmentos sociais. Para ele, a origem da desigualdade no espaço urbano está intimamente relacionada às heranças da escravidão e dos dilemas impostos durante o processo de abolição. Sobre este último, o autor ressalta a necessidade de resgatar na análise sobre a desigualdade racial urbana as ideias pensadas para a construção da nação

após a proclamação da república, sendo estas importantes para a marginalização, submissão, impossibilidade de ascensão e restrição ao acesso à questões básicas, como a moradia, por exemplo, para negros e mulatos.

Segundo Fernandes (2021), a ideia de “Nação Brasileira” sempre se estabeleceu pautada em privilégios, estes raciais, econômicos e, como consequência, políticos. Nos primeiros anos republicanos, tanto o projeto econômico como o projeto social de “Nação” correspondiam aos interesses particulares das elites, que se viam como os únicos correspondentes da sociedade civil. Estes interesses foram incorporados no aparelho estatal como interesses nacionais. Segundo Campos (2005), o projeto urbano modernizador das grandes capitais foi um projeto arquitetado para atender às demandas destas elites.

Tanto para Mattos (2009) quanto para Campos (2005), os padrões teórico-políticos utilizados pelos pensadores da reforma produziram a cidade de uma forma específica. Através da sua concepção da questão social, buscaram soluções práticas para intervir nesse problema e organizar o espaço.

A marcha ao progresso, a civilização e a consolidação da Nação foram temas pensados de forma conjunta à reforma. As cidades apareciam através da preocupação que a classe dirigente tinha em relação ao seu imaginado papel civilizatório, eram nelas que a população iria adquirir os padrões culturais da civilização e da cultura que se pretendia nacional. E, aqueles que eram entendidos como incapazes de alcançar esses padrões, eram marginalizados. Segundo Ribeiro e Cardoso (1996), as reformas urbanas antes de serem executadas passam por uma etapa cognitiva, referente ao planejamento e a sua elaboração. Para os autores, "É no momento cognitivo que a “questão social” aparece como um eixo e objetivo do conhecimento e da intervenção."(RIBEIRO; CARDOSO, 1996, p.36). Nesse sentido, a questão urbana emerge como uma transformação da questão social dentro de uma conjuntura teórico-política que mobiliza suas análises para elaborar práticas de intervenção.

As relações raciais encontraram no Brasil republicano seus dilemas de integração, baseados na negação do ser social negro culturalmente, politicamente e economicamente. Essa problemática se refletiu nos projetos de nação brasileira e nos projetos de intervenção urbana, onde o negro se encontrou lesado por ambos. Segundo Silva (2018), a reforma Pereira Passou criou mecanismos que possibilitaram uma filtragem entre aqueles que correspondiam ao ideais padrões teórico-políticos da reforma e aqueles que não correspondiam a esses ideais, promovendo uma desintegração ao tecido social.

Nesse sentido, analisando a integração dos negros nos espaços sociais, Clóvis Moura diz que:

Onde não houve a possibilidade de se investir para substituí-los por outro tipo de trabalhador, o negro foi integrado na economia, mas, por outro lado, naquelas áreas prósperas que tinham condições de investir na substituição da mão de obra, ele foi marginalizado. Aliás, uma coisa decorria da outra: as áreas decadentes não tinham possibilidade de procurar outro tipo de trabalhador pela sua própria decadência. As áreas que decolavam puderam dar-se ao luxo de jogar nas franjas marginais toda uma população de trabalhadores, para substituí-los

por outra que viria *branquear* o Brasil e satisfazer aos interesses daqueles que investiram no projeto migratório. (MOURA, 2020)

As reformas urbanas realizadas durante o governo de Rodrigues Alves e Pereira Passos não possuíam uma racionalidade pura a respeito da “questão urbana”. A questão urbana aparecia para os seus planejadores associada e mediada pela questão social. Superar o atraso das cidades brasileiras (especialmente a capital) frente às cidades europeias, fundar uma nação para superar um atraso infraestrutural mas também romper com o passado escravista. Nesse sentido, políticas de migração tiveram espaço privilegiado nas discussões sobre a formulação cognitiva da reforma urbana. A cidade embelezada para alcançar o progresso e atrair trabalhadores migrantes para branquear o país e fundar um povo capaz de ser a mola propulsora dessa nação pensada.

Em 2018, Ana Luiza Koehler analisou a reforma Pereira Passos como articuladora da ideologia de imigração vigente no período. Segundo a autora, a missão mais característica da Reforma era a de atrair o estrangeiro como braço produtor pois, segundo a elite do período, o trabalhador nacional era insuficiente nesta função. As práticas migratórias que foram vigentes nos primeiros anos republicanos do Brasil foram interpretadas pela autora através da sua ideologia de branqueamento do contingente populacional. Segundo Koehler (2018), essa prática mobilizou recursos e políticas cada vez mais aprimoradas que visavam a entrada da mão-de-obra (principalmente proveniente da Europa) como tentativa de resolução das questões sociais marcadas pelo entendimento das elites sobre a ausência de um povo e as sucessivas tentativas de fundação de uma nação.

Koehler (2018, p.66) aponta para a principal questão da segregação do espaço urbano de maneira racial foi o pensamento dos planejadores baseados em ideais de modernização e progresso que tinham como modelo de inspiração a Europa e que, por conta disso, não podiam ser aplicados na realidade social brasileira sem que determinadas consequências (no caso apresentado por ela, a segregação) se realizassem. As ideias de urbanismo que chegaram ao Brasil neste período foram mediadas por uma mentalidade que visualiza a Europa como o centro da “civilização” e que, segundo ela, adquiriram no Brasil uma maneira desigual na sua aplicação. Como conclusão, ela diz que ao aplicar o modelo de Haussmann no Brasil, a consequência foi a segregação racial do território:

Naturalmente, essa renovada condição marginal das populações negras se reflete no espaço urbano, respondendo num primeiro momento pela densificação de cortiços, avenidas e habitações insalubres nas cidades. Vendo-se às voltas com epidemias e problemas sanitários decorrentes destas condições nos centros urbanos, os poderes públicos brasileiros também buscarão respostas, ainda que tardiamente, no ideal de cidade moderna e saneada Paris de Haussmann.

Rodrigues Alves, ao declarar suas pretensões a respeito do melhoramento da capital do Brasil durante o seu governo, anunciou que os seus esforços de melhoramento e saneamento da capital seriam realizados como forma de atrair braços estrangeiros, considerados necessários ao progresso econômico almejado pelo presidente. Reformar o espaço urbano como forma de

articular os interesses da imigração para a construção de uma Nação economicamente forte e voltada para a produção do progresso. O discurso do Presidente, citado anteriormente, nos mostra que um dos aspectos teórico-políticos principais para a realização da reforma urbana em 1902 era a atração de imigrantes.

Para Oliveira e Oliveira (2015), a origem da segregação sócio racial e a marginalização de negros nasce, principalmente, pelos ideais de modernização, embranquecimento e civilização que circulam as ideias na primeira república, assim como mediam o nascimento das primeiras favelas. Os autores, utilizando como base a bibliografia da década de 1980 e 1990 sobre a reforma Pereira Passos, apontam o nascimento das favelas pela contradição do modelo capitalista (ROCHA; CARVALHO, 1995); (ABREU, 1987), porém acrescentam que a reforma Pereira Passos delegou aos negros os espaços marginais na economia e na cidade.

Campos (2005) e Mattos (2009) buscaram mostrar como raça, pobreza e perigo se alinharam no imaginário das autoridades políticas e policiais, construindo na sociedade brasileira um espaço de abstrações onde a perseguição contra as classes pobres, transformadas em "perigosas", foram naturalizadas. Em um período marcado e determinado pelas reformas modernizantes iniciadas em 1902 pelo prefeito Pereira Passos em conjunto ao presidente Rodrigues Alves, as classes pobres e subalternas representavam um atraso a ser superado, aquilo que não era condizente com o novo momento vivenciado pela capital da república. Expulsas das habitações coletivas, cortiços e casas de cômodo, foram jogadas nas franjas marginais urbanas: favelas e subúrbios. Junto aos territórios marginalizados, a construção de uma alteridade baseada no estigma associado aos pobres e negros, que separava o "nós" do "outro".

Rodrigues et al. (2020) e SILVA (2019) debatem a importância das relações raciais na construção do espaço urbano. As autoras analisaram as dinâmicas sociais envolvidas na construção da cidade a partir de uma perspectiva teórica elaborada por LEFEBVRE (1969), que pensa o espaço em três dimensões: percebido, vivido e concebido. Segundo SILVA (2019, p.3) "o racismo é uma "intenção, uma ordem sobre o espaço, um mecanismo entranhado na sociedade brasileira que, ao longo da sua formação socioespacial, produziu um arranjo racista que poderia ser observado na paisagem, seja através do extermínio dos grupos racializados ou pela sua invisibilização.". Nesse sentido, as mudanças ocorridas no início do século XX foram essenciais para a formatação da cidade do Rio de Janeiro. Os ideais modernizadores estipulados pela reforma Pereira Passos geraram impactos na estrutura econômica, política e social da capital. Reformas pensadas e articuladas pela burguesia, classe que ocupava o domínio do aparelho público, proporcionaram o conceito civilizatório modelado para atender os interesses dessa camada dominante em particular, excluindo deste processo e contribuindo para a marginalização dos negros.

A partir da década de 2000, as produções que analisaram a reforma Pereira Passos tiveram suas análises voltadas, majoritariamente, para a questão racial. A partir da análise da herança da escravidão e da abolição deste modelo nas intervenções urbanas, os autores conseguiram ampliar o debate sobre o lugar do negro na cidade. A virada racial da análise sobre a

Reforma possibilitou, além de um importante debate sobre o papel da escravidão na sociedade brasileira, refletir não apenas sobre o processo, mas também sobre quem era afetado por ele.

As conclusões dos estudos realizados pelas pesquisas da década de 1980 e 1990 foram retomadas pelos autores dos anos 2000, analisando tanto as questões envolvidas na formação das favelas quanto as políticas higienistas com o foco voltado para a pauta racial. Para autores como Mattos (2009), Campos (2005), Koehler (2018) e Silva (2019) a reforma Pereira Passos lançou um padrão de ação, onde as políticas de urbanização devem ser interpretadas em conjunto com as questões raciais envoltas no contexto do período, principalmente as questões relacionadas a situação do negro após a abolição da escravidão.

A ocupação do negro no espaço urbano do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX foi mediada por ideologias de embranquecimento e de urbanidade que colocavam os como alteridade total do projeto de reforma e de cidadania imaginada. Expulsos da urbe reformada, alocaram-se de forma massiva nas favelas e subúrbios, marginalizados pela alteridade radical que crescia durante a reforma urbana. Estigmatizados como bárbaros incivilizados, perigosos, vagabundos e malfeitores, sofreram com as dinâmicas sociais que tentavam de forma sistemática expulsarem-nos da cidade.

Através da análise de algumas obras produzidas a partir dos anos 2000, que tiveram como o centro da sua reflexão a reforma urbana de Pereira Passos, pude perceber o modo como as questões raciais foram adquirindo centralidade sobre a discussão do período. Através da discussão realizada nesse capítulo, retomo à minha hipótese de que a reforma Pereira Passos vem sendo analisada ao longo dos anos como um mito de origem da cidade partida. Esse mito, a partir da década de 2000, tem a sua origem diagnosticada nas relações raciais que se desenharam na cidade a partir do processo de abolição. Para a literatura especializada na Reforma, o espaço urbano foi dividido pela reforma Pereira Passos baseado em estigmas relacionados à classe e raça, onde o *modus operandi* da reforma contribuiu para a marginalização dos negros dentro do espaço urbano.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho busquei debater como, ao longo das décadas, a produção especializada na reforma Pereira Passos construiu esse evento como um mito fundador de uma ideia de cidade partida, consagrando essa visão e estabelecendo uma nova estrutura que é utilizada analiticamente para pensar o processo histórico de formação do espaço urbano do Rio de Janeiro.

Todas as produções científicas que tiveram como análise o Rio de Janeiro da virada do século XIX para o século XX se preocuparam de diferentes formas a atribuir os sentidos nos quais as reformas urbanas ocorreram e o que elas modificaram. As mudanças provocadas por esse evento suscitaram muitas perguntas, que foram respondidas a partir de diferentes pontos de análise. Tentar abarcar uma fase de transição em suas diferentes nuances e esferas é uma tarefa que exige fôlego, principalmente quando os problemas vividos atualmente na vida urbana do Rio de Janeiro parecem diretamente interligados a esse passado não tão remoto. A produção sobre a reforma Pereira Passos, analisada durante este trabalho, se encarregou de demonstrar sobre quais aspectos essa reforma urbana pode ser pensada. Os sentidos atribuídos à Reforma nos mostram como essa literatura especializada contribuiu para a construção desse evento como um mito fundador de uma cidade partida.

A reforma Pereira Passos foi interpretada a partir da tentativa de se estabelecer uma suposta ordem sobre o espaço urbano, realizada através da regulamentação do que era construído, da forma que era construído e por quem era construído. Além desse esforço, de estabelecer uma ordem de construção civil, a tentativa de estabelecer novos usos do espaço também significou uma tentativa de controle, um controle moral dos hábitos que eram perseguidos e incriminados como nocivos à ideia de ordem estabelecida por aqueles que tentavam construir uma nova cidade espelhada nas maiores cidades da Europa.

Tentei mostrar ao longo dos capítulos como os acontecimentos que marcavam o Rio de Janeiro afetavam a produção sobre a reforma Pereira Passos, construindo a partir desse entrelaçamento entre passado e presente, uma tentativa de ligar os eventos recentes da história da cidade à um passado elucidativo. Durante a década de 1980, analisada no capítulo 2 desta dissertação, as remoções de favelas e as construções de conjuntos habitacionais reanimaram a produção sobre a reforma Pereira Passos, onde os autores do período buscaram entender esse processo a partir de uma possível ligação com a reforma Pereira Passos. Notadamente, a década de 1980 tem como marco de discussão às políticas voltadas para a remoção e construção de habitações populares, fruto das políticas recentes que influenciaram pesquisas históricas voltadas para a temática. Durante esse período, a reforma Pereira Passos foi consagrada pelos autores como um marco no processo de favelização do Rio de Janeiro, sendo discutida a partir das questões que envolviam a regulamentação da construção civil e a contradição à essa ordem: as favelas.

Durante a década de 1990, analisada no terceiro capítulo, a produção especializada na reforma Pereira Passos analisou esse evento sob a ótica da ideologia do higienismo. Em uma década marcada pela imersão da ideia do "problema da favela", ao mesmo passo que políticas urbanas iam promovendo a urbanização destes territórios como forma de consolidação dos mesmos, a reforma Pereira Passos foi analisada enquanto um provedor do padrão histórico que consagrou a favela enquanto um problema urbano. Essa narrativa histórica foi analisada a partir da intervenção técnica de médicos sanitaristas que moldaram as favelas enquanto um mal a ser perseguido e combatido, sendo a reforma Pereira Passos um evento crucial na perseguição e consolidação desses territórios enquanto locais estigmatizados, que adquiriram esse estigma a partir do modelo de gestão da pobreza urbana da reforma Pereira Passos. Através da perseguição e expulsão sistemática das habitações populares, os autores da década de 1990 indagaram a importância da Reforma e da ideologia do higienismo na promoção de uma alteridade entre pobres e ricos dentro da cidade, sendo essa alteridade mediada pelas formas de habitação.

O quarto capítulo desta dissertação analisou a produção sobre a reforma Pereira Passos a partir dos anos 2000, onde foi identificada uma virada racial na interpretação deste evento. Argumentei que essa virada racial pode estar atrelada aos acontecimentos recentes na trama carioca, principalmente por conta das remodelações da cidade realizadas no intuito de preparar a cidade para os megaeventos e as redescobertas do cemitério dos Pretos Novos e do Cais do Valongo. Estas redescobertas levantaram uma série de constatações sobre a herança do passado escravocrata no processo de formulação da cidade e a presença do negro neste contexto. Outro acontecimento de suma importância para a virada racial na interpretação da reforma Pereira Passos, foram as políticas de segurança idealizadas no contexto dos megaeventos: As UPPs. A elaboração e atuação das UPPs evidenciaram um modelo de gestão que encara as favelas como um problema a ser controlado, assim como a habitação ali residente.

Durante a primeira e segunda década dos anos 2000, a reforma Pereira Passos foi interpretada como um evento que viabilizou uma segregação racial notória no espaço urbano carioca, principalmente ao compararmos a população habitante das favelas e dos bairros nobres da cidade. Essa literatura analisou as questões relacionadas ao processo de abolição da escravidão e integração do negro na cidade, captando os padrões da Reforma que permitiram uma incongruência na habitação do espaço urbano aos recém libertos. Para os autores da década de 2000, a reforma Pereira Passos teve um papel crucial na alocação massiva dos negros em um espaço que se formou como contraponto da cidade almejada pela reforma: as favelas. A ocupação marginalizada dos negros na cidade esteve como alvo nas reflexões sobre a reforma Pereira Passos a partir da década de 2000, onde esta literatura consagrou a Reforma como um evento que mobilizou ideologicamente a repartição racial da cidade.

A partir da sistematização da produção especializada sobre a reforma Pereira Passos podemos perceber como este evento foi construído como um mito fundador da cidade partida, onde os intérpretes da Reforma consagraram uma narrativa histórica ao longo dos anos como um marco inflexor da repartição da cidade, onde o exemplo máximo da segregação proporci-

onada pela Reforma são as favelas. A Reforma foi trabalhada como um símbolo da divisão social, econômica, racial e moral da cidade, onde os intérpretes ao longo das décadas atribuíram sentidos à esse evento que contribuíram para a análise histórica do mesmo enquanto um catalisador da segregação urbana carioca imaginada.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M.; BRONSTEIN, O. *Políticas públicas, estrutura urbana e distribuição da população baixa renda na área metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: CNPU/IDRC/IBAM, 1978.
- ABREU, M.; VAZ, L. Sobre as origens da favela. *Anais do IV encontro nacional da ANPUR*, v. 1, n. 1, p. 481–492, 1991.
- ABREU, M. d. A. *Evolução urbana no rio de janeiro*. 1987.
- ABREU, M. D. A. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no rio de janeiro e sua evolução. *revista Rio de Janeiro*, v. 10, p. 210–234, 2003.
- Alves, Francisco de Paula Rodrigues. *Manifesto Inaugural de Francisco de Paula Rodrigues Alves: Presidente eleito para o quadriênio de 1902 a 1906*. 1902. <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/rodrigues-alves/discursos/Rodrigues%20Alves%20-%20Manifesto%20Inaugural%201902.pdf/view>>. Acessado em 30 de maio de 2022.
- ALVITO, M.; ZALUAR, A. *Um século de favela*. [S.l.]: FGV, 2003.
- ATHAYDE, R. A. de. *Pereira Passos, o reformador do Rio de Janeiro: biografia e historia*. [S.l.]: Editôra A Noite, 1944.
- BENCHIMOL, J. L. *Pereira passos, um haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do rio de janeiro no início do século xx*. 1992.
- BRETAS, M. L. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)*. [S.l.]: Gramma, 2018.
- BRUM, M. S. Ordenando o espaço urbano no rio de janeiro: o programa de remoção da chisam e as ‘utilidades’ para os favelados (1968-1973). *Anais do Encontro Regional da Associação Nacional de História. Rio de Janeiro, s/n*, 2010.
- BRUM, M. S. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). *Cadernos metrópole*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 14, n. 28, p. 357–379, 2012.
- CAMPOS, A. *Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro*. [S.l.]: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTELLS, M. La question urbaine, maspero, paris; trad. it. *La questione urbana, Padova: Marsilio*, 1974.
- CAVALCANTI, H. *Espaços museais e memórias sociais na Zona Portuária do Rio: o Instituto dos Pretos Novos (IPN)(Master dissertation)*. 2016.
- CAVALCANTI, M. *Á espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no rio de janeiro da ‘pacificação’*. 2013.

- CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. [S.l.]: Editora da UNICAMP, 1985.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. [S.l.]: Editora Companhia das Letras, 2018.
- COSTA, L. E. da. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. [S.l.]: Imp. nacional, 1938.
- COSTA, N. *O Rio através dos séculos: a história da cidade em seu IV centenário*. [S.l.]: Edições O Cruzeiro, 1965.
- DINIZ, N. De pereira passos ao projeto porto maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da região portuária do rio de janeiro. 2012.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2008.
- FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. Smh 2016: remoções no rio de janeiro olímpico. 2015.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. [S.l.]: Editora Contracorrente, 2021.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. O arcaísmo como projeto. *Rio de Janeiro: Cia das Letras*, 2001.
- FRANÇA, R. M. S. de. As lutas sociais pelo direito à cidade no brasil contemporâneo. *Argumentum*, v. 11, n. 3, p. 96–112, 2019.
- GONÇALVES, R. S. Porto maravilha, renovação urbana e o uso da noção de risco: uma confluência perversa no morro da providência. *Libertas*, v. 13, n. 2, 2013.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de Negro*. [S.l.]: Marco Zero Editora, 1982.
- GUIMARÃES, R. S. *A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca*. [S.l.]: Editora FGV, 2014.
- KOEHLER, A. L. G. Modernização periférica: a segregação da população negra e o modelo haussmanniano no brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 155, 2018.
- LEEDS, A.; LEEDS, E. *A sociologia do Brasil urbano*. [S.l.]: SciELO-Editora FIOCRUZ, 1978.
- LEFEBVRE, H. Espaço e política: o direito à cidade. *São Paulo: Documentos*, 1969.
- LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no rio de janeiro. *Revista brasileira de ciências sociais*, SciELO Brasil, v. 15, p. 43–90, 2000.
- MATTOS, R. C. As ‘classes perigosas’ habitam as favelas: Um passeio pela crônica policial no período das reformas urbanas. *Desigualdade e Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 5, 2009.
- MATTOS, R. C. et al. Pelos pobres! as campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na primeira república. Programa de Pós-graduação em História, 2008.

- MENEZES, P. Será que estaremos aqui quando as olimpíadas chegarem? novas oportunidades e preocupações pós-upp na “favela modelo”. *Trama: indústria criativa em revista ISSN 2447-7516*, v. 1, n. 1, 2015.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. [S.l.]: Editora Perspectiva SA, 2020.
- NEVES, M. d. S. As vitrines do progresso. *Rio de Janeiro: PUC-Rio*, 1986.
- OLIVEIRA, R. J. d.; OLIVEIRA, R. M. d. S. Origens da segregação racial no brasil. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM. Les Cahiers ALHIM*, groupe de recherche Amérique Latine Histoire et Mémoire de l’Université . . . , n. 29, 2015.
- PAOLI, P. S. D. St9-2 as reformas urbanas do período de pereira passos no rio de janeiro e a historiografia da década de 1980. *Anais ENANPUR*, v. 15, n. 1, 2013.
- PEREIRA, J. C. M. d. S. Uma reprodução simbólica do universo social: o sepultamento de escravos no cemitério dos pretos novos, no rio de janeiro dos séculos xvii a xix. *Sankofa (São Paulo)*, v. 1, n. 1, p. 20–46, 2008.
- PERLMAN, J. O mito da marginalidade urbana-favelas e políticas no rio de janeiro. *Trad. W. Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra*, 1977.
- RIBEIRO, L. C. d. Q.; CARDOSO, A. L. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no brasil. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*, p. 53–78, 1996.
- ROCHA, O. P.; CARVALHO, L. de A. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. [S.l.]: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura . . . , 1995.
- RODRIGUES, D. A. et al. Modulações da produção do espaço na segregação racial: mecanismos espaciais que estruturam e reproduzem elementos das práticas racistas e da negritude no brasil. Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- SAHLINS, M. *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich*. [S.l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.
- SÁNCHEZ, F. et al. Cidades e portos: Cartografias críticas da operação urbana porto maravilha. *foto de capa*, p. 194, 2020.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 2003.
- SILVA, L. A. M. D. “violência urbana”, segurança pública e favelas-o caso do rio de janeiro atual. *Caderno Crh*, Universidade Federal da Bahia, v. 23, n. 59, p. 283–300, 2010.
- SILVA, L. A. Machado da. Afinal, qual é a das upps. *Observatório das metrópoles*, p. 1–7, 2010.
- SILVA, M. P. da. O processo de urbanização carioca na 1ª república do brasil no século xx: uma análise do processo de segregação social. *Estação Científica (UNIFAP)*, v. 8, n. 1, p. 47–56, 2018.

- SILVA, P. F. D. Raça e cidade: A produção do espaço urbano sob a ótica das relações raciais na cidade do rio de janeiro, século xix. 2019.
- VAINER, C. B.; AZEVEDO, V. d. Classificar, selecionar, localizar: notas sobre a questão racial e a migração. *Rio de Janeiro: PUR/UFRJ [sd]*, 1984.
- VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. a produção anterior às ciências sociais. *Revista brasileira de ciências sociais*, SciELO Brasil, v. 15, p. 05–34, 2000.
- VALLADARES, L. do P. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. [S.l.]: Zahar Editores, 1978.
- VAZ, L. F. Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. as habitações coletivas no rio antigo. *Rio de Janeiro*, 1985.
- VAZ, L. F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos—a modernização da moradia no rio de janeiro. *Análise social*, JSTOR, p. 581–597, 1994.
- VENTURA, Z. *Cidade partida*. [S.l.]: Companhia das Letras, 1994.
- ZALUAR, A. A máquina e a revolta. In: . [S.l.: s.n.], 1985.